



Anais da Assembléia

Nº 183

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 28 DE OUTUBRO DE 1997

ANO XXIII

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI
3º Vice-Presidente - PMDB

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º Secretário - PFL

ANTONIO ANNIBELLI
3º Secretário - PSDB

IRONDI PUGLIESI
4º Secretário - PPB

ANGELO VANHONI
5º Secretário - PT

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado Valdir Rossoni
PFL	Deputado Plauto Miró
PTB	Deputado Ademar Traiano
PMDB	Deputado Orlando Pessuti
PPB	Deputado Augustinho Zucchi
PT	Deputado Péricles H. de Mello
PDT	Deputado Edgar Bueno
PL	Deputado Hortício Rodrigues
PSN	Deputado Emerson Nerone
PSDB	

Representação Partidária

PFL - 18: Anibal Khury - Basílio Zarusso - Cleiton Crisóstomo - Durval Amaral - Edno Guimarães - Eduardo Trevisan - Élio Rusch - Geraldo Cartúrio - Hidekazu Takayama - Júlio Ando - Luiz Carlos Alborghetti - Luiz Carlos Martins - Marquinhos Alves - Milton Puppio - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães - Remy Borsatto - Walmar Trentini; PTB - 11: Ademar Traiano - Albanor Gomes - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Joel Coimbra - José Tavares - Luiz Accorsi - Ricardo Chab - Valdir Rossoni; PMDB - 08: Antonio Annibelli - Caio Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adair - Sâmis da Silva - Toti Colaço; PPB - 07: Augustinho Zucchi - César Seleme - Duílio Genari - Edson Silva Lino - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Neivo Beraldin; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo - Péricles Mello; PDT - 02: Edgar Bueno, Luiz Carlos Zuk; PSDB - 02: José Maria Ferreira - Sérgio Spada; PL - 01: Hortício Rodrigues; PSN - 01: Emerson Nerone.

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA
ATA DA 113ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 28 DE OUTUBRO DE 1997
(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, secretariada pelos Senhores Deputados Renato Adur e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Antonio Annibelli, Irondi Pugliesi, Angelo Vanhoni, Ademar Traiano, Albanor Gomes, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Cafo Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Dullio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Hidekazu Takayama, Horácio Rodrigues, Irineu Colombo, João Tecchy, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Júlio Ando, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Marquinhos Alves, Milton Puppio, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colapo, Valdir Rossoni e Walmore Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

ACRESCIMO		ANEXO I		FL. 01	I
DE DESPESA		ANEXO		R\$ 1,00	I
CODIGO	ESPECIFICACAO	INATUREZA	I DA	I FONTE	ILDR I
		I DESPESA	I	I	I
4500	SECRETARIA DE ESTADO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR	I	I	I	I
4536	FACULDADE ESTADUAL DE FILOSOFIA, CIENCIAS E LETRAS DE JACAREZINHO	I	I	I	I
2208	ADMINISTRACAO E MANUTENCAO DO ENSINO DE FILOSOFIA, CIENCIAS E LETRAS DE JACAREZINHO	I	I	I	I
		I 4490.51	I	50	I L I
				38.250	I 0932
TOTAL				38.250	I

REDUCAO		ANEXO II		FL. 01	I
DE DESPESA		ANEXO		R\$ 1,00	I
CODIGO	ESPECIFICACAO	INATUREZA	I DA	I FONTE	ILDR I
		I DESPESA	I	I	I
4500	SECRETARIA DE ESTADO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR	I	I	I	I
4536	FACULDADE ESTADUAL DE FILOSOFIA, CIENCIAS E LETRAS DE JACAREZINHO	I	I	I	I
2208	ADMINISTRACAO E MANUTENCAO DO ENSINO DE FILOSOFIA, CIENCIAS E LETRAS DE JACAREZINHO	I	I	I	I
		I 4490.52	I	50	I L I
				38.250	I 0932
TOTAL				38.250	I

EXPEDIENTE:

Mensagens:

MENSAGEM Nº 066/97

Curitiba, 14.10.97

Senhor Presidente.

Tenho a honra de submeter à elevada consideração dessa egrégia Assembleia Legislativa, anteprojeto de lei que aprova um ajuste no valor de R\$ 38.250,00 (trinta e oito mil, duzentos e cinquenta reais), ao vigente Programa de Obras da Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Jacarezinho, aprovado pela Lei Estadual nº 11.652, de 27 de dezembro de 1996, para viabilizar a ampliação da Biblioteca.

Esclareço também que os recursos para a cobertura da referida programação, são provenientes de cancelamento de dotação do próprio órgão.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembleia Legislativa, reitero a V. Exa. as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) EMÍLIA DE SALLES BELINATI
Governadora do Estado, em exercício

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica procedido um ajuste no Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 11.652, de 27 de dezembro de 1996, no valor de R\$ 38.250,00 (trinta e oito mil, duzentos e cinquenta reais), conforme Anexos I e II desta lei.

Art. 2º - Em decorrência do contido no artigo 1º, fica alterado o Anexo de Obras, conforme Anexo III desta lei.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ACRESCIMO DAS OBRAS		ANEXO III	FL. 02 R\$ 1,00	I
CODIGO	ESPECIFICACAO	PONTE	VALOR	PROCESSO
4500	SECRETARIA DE ESTADO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR	I I	I	I
4536	FACULDADE ESTADUAL DE FILOSOFIA, CIENCIAS E LETRAS DE JACAREZINHO	I I	I	I
2208	ADMINISTRACAO E MANUTENCAO DO ENSINO DE FILOSOFIA, CIENCIAS E LETRAS DE JACAREZINHO	I I	I	I
0001	AMPLIAR A BIBLIOTECA (A)	I 50 I	38.250	0932 I
TOTAL		I TES. I I O.P. I	0 38.250	I I

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 067/97

Curitiba, 14.10.97

Senhor Presidente,

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa, anteprojeto de lei que aprova um ajuste no valor de R\$ 2.348.000,00 (dois milhões, trezentos e quarenta e oito mil reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado dos Transportes, aprovado pela Lei Estadual nº 11.652, de 27 de dezembro de 1996, visando atender despesas no Programa "Estradas Rurais - Caminhos da Educação".

Esclareço também que os recursos para cobertura da referida programação são decorrentes de dotação do próprio órgão.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembléia Legislativa, reitero a V. Exa. as expressões do

meu mais alto apreço e consideração.

(a) EMILIA DE SALLES BELINATI
Governadora do Estado, em exercício

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica aprovado um ajuste ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 11.652, de 27 de dezembro de 1996, no valor de R\$ 2.348.000,00 (dois milhões, trezentos e quarenta e oito mil reais), conforme Anexo I e II desta lei.

Art. 2º - Em decorrência do contido no artigo 1º, fica alterado o Anexo de Obras do Departamento de Estradas de Rodagem - DER, conforme Anexo III desta lei.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ACRESCIMO DE DESPESA		ANEXO I	FL. 01 R\$ 1,00	I
CODIGO	ESPECIFICACAO	INATUREZA DA DESPESA	VALOR	N.º DO PROC. COP
7100	SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES	I I I I	I	I
7130	DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM - DER	I I I I	I	I
1181	ESTRADAS RURAIS - CAMINHOS DA EDUCACAO	I 4490.35 I 25 I L I	936.000	0950 I
		I I 50 I L I	1.412.000	0950 I
TOTAL		I	2.348.000	I

REDUCAO DE DESPESA		ANEXO II	FL. 01 R\$ 1,00	I
CODIGO	ESPECIFICACAO	INATUREZA DA DESPESA	VALOR	N.º DO PROC. COP
7100	SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES	I I I I	I	I
7130	DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM - DER	I I I I	I	I
1181	ESTRADAS RURAIS - CAMINHOS DA EDUCACAO	I 4490.51 I 25 I L I	936.000	0950 I
		I I 50 I L I	1.412.000	0950 I
TOTAL		I	2.348.000	I

ANEXO III				FL. 02	
ANEXO				R\$ 1,00	
CODIGO	ESPECIFICACAO	PONTE	VALOR	PROCESSO	
7100	SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES				
7130	DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM - DER				
1181	ESTRADAS RURAIS - CAMINHOS DA EDUCACAO				
0019	TER. PAV. ASF. N.S. DO AMPARO - DOIS VIZINHOS (A)	25	170.000	0950	
0028	TER. PAV. ASF. IPIRANGA - FAXINAL DE SAO BRAZ (A)	25	215.000	0950	
0063	TER. PAV. ASF. TRES IRMAS - ARROIO GUACU (A)	25	344.000	0950	
0096	CONSTRUIR PONTE SOBRE O RIO JANGADA (A)	25	99.000	0950	
0097	CONSTRUIR PONTE SOBRE O RIO SEM NOME (A)	25	10.000	0950	
0098	CONSTRUIR PONTE SOBRE O RIO SEM NOME (A)	25	15.000	0950	
0100	CONSTRUIR PONTE SOBRE O RIO AMORA (A)	25	7.000	0950	
0101	CONSTRUIR PONTE SOBRE O RIO DAS ANTAS (A)	25	16.000	0950	
0102	CONSTRUIR PONTE SOBRE O RIO KM 10 (A)	25	6.000	0950	
0103	CONSTRUIR PONTE SOBRE O RIO SAO LUIS (A)	25	8.000	0950	
0110	CONSTRUIR PONTE SOBRE O RIO DA PRATA (A)	25	29.000	0950	
0111	CONSTRUIR PONTE SOBRE O RIO VERMELHO (A)	25	17.000	0950	
0118	ADEQUAR TRECHOS DE ESTRADAS RURAIS MUNICIPAIS (B)	50	1.412.000	0950	
TOTAL		TES.	936.000		
		O.P.	1.412.000		

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 068/97

Curitiba, 17.10.97

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser submetido à apreciação dessa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a contratar, bem como prestar fiança, aval ou outras garantias e contragarantias em financiamento junto à Caixa Econômica Federal, até o valor de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), para execução do Programa Pró-Saneamento, na modalidade PROSANEAR. Visa, ainda, autorização para procedimento de abertura de créditos suplementares para regularização orçamentária decorrente do ingresso de recursos provenientes de tal operação de financiamento, cujos atos respectivos serão baixados em conformidade com as disposições contidas no § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

O Plano de Lei ora proposto, que resulta de análise feita em processo protocolado sob nº 3.278.268-0/97, com a participação das Secretarias de Estado da Fazenda, Saúde, Governo e Procuradoria Geral do Estado, consulta aos superiores interesses da Administração e da Coletividade, eis que os recursos obtidos pela pretendida contratação, serão aplicados na implantação de projeto objetivando a melhoria das condições de saúde e da qualidade de vida de 20.000 famílias de baixa renda, através da execução de unidades hidráulico-sanitárias domiciliares mínimas (módulos sanitários).

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) EMILIA DE SALLES BELINATI
Governadora do Estado, em exercício

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a contratar, bem como prestar fiança, aval ou outras garantias e contragarantias em financiamento junto à Caixa Econômica Federal, até o valor de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), para execução do Programa Pró-Saneamento, na modalidade PROSANEAR.

Art. 2º - Para garantia da operação de que se trata, fica o Poder Executivo autorizado a vincular as cotas de repartição constitucional das receitas tributárias estabelecidas nos artigos 157 e 159, complementadas pelas receitas próprias nos termos do art. 167, incisos IV e IX, § 4º, da Constituição Federal.

Art. 3º - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder a abertura de créditos suplementares decorrentes do ingresso de recursos provenientes da presente lei, utilizando como recursos as formas previstas no § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, bem como efetuar as modificações necessárias no Programa de Obras, constantes do Anexo V da Lei Orçamentária Anual.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 069/97

Curitiba, 17.10.97

Senhor Presidente.

Tenho a honra de dirigir-me a V. Exa. a fim de formular proposição no sentido de que essa augusta Assembléia Legislativa aprove medida que, nos termos do art. 54, inciso XXXI, da Constituição Estadual, autorize o Poder Executivo, através do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, alienar a Edinil Pinto da Costa, o lote nº 05, da Gleba Cerradinho, com área de 35,80 ha., situado no Município de Tibagi.

Cabe esclarecer que embora a área do imóvel seja inferior a cem hectares, o seu ocupante, em anterior oportunidade, adquiriu terras que, somadas, alcançam o que estabelece o mencionado dispositivo constitucional.

A presente proposição é plenamente justa e oportuna, eis que, atendendo dispositivos de legislação federal e estadual que regulam a matéria, assim como ajustando-se ao mencionado mandamento contido no art. 54, XXXI, da Carta Estadual, visa a regularização da situação da questionada área ao seu legítimo ocupante, que há mais de 25 anos reside no local, assim como, vem explorando a terra adequadamente, de modo a fazer com que se cumpra sua função social.

Por oportuno, vale ressaltar que o assunto foi devidamente examinado pelos órgãos competentes do Poder

Executivo, através de expediente protocolado sob nº 1.405.894-0/92, o qual foi objeto de pronunciamentos favoráveis do Instituto Ambiental do Paraná - IAP e da Secretaria de Estado do Governo, dele constando, inclusive, laudo técnico de vistoria e outros documentos que dão pleno respaldo à medida. Para melhor justificar a conveniência e oportunidade da proposta e no sentido de bem instruir e esclarecer quanto aos aspectos técnicos e jurídicos de que se reveste, é feita anexação de cópia das principais peças do processo.

Certo de que a presente proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) EMÍLIA DE SALLES BELINATI
Governadora do Estado, em exercício.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 070/97

Curitiba, 17.10.97

Senhor Presidente,

Tenho a honra de dirigir-me a V. Exa. a fim de formular proposição no sentido de que essa augusta Assembleia Legislativa aprove medida que, nos termos do art. 54, inciso XXXI, da Constituição Estadual, autorize o Poder Executivo, através do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, alienar a Valdemar Kloster, o lote nº 95, da Gleba 7, da Colônia Boa Ventura, com área de 24,4860 ha., situado no Município de Boa Ventura de São Roque, Comarca de Pitanga.

Cabe esclarecer que embora a área do imóvel seja inferior a cem hectares, o seu ocupante, em anterior oportunidade, adquiriu terras que, somadas, alcançam o que estabelece o mencionado dispositivo constitucional.

A presente proposição é plenamente justa e oportuna, eis que, atendendo dispositivos de legislação federal e estadual que regulam a matéria, assim como ajustando-se ao mencionado mandamento contido no art. 54, XXXI, da Carta Estadual, visa a regularização da situação da questionada área ao seu legítimo ocupante, que há mais de 25 anos reside no local, assim como, vem explorando a terra adequadamente, de modo a fazer com que se cumpra sua função social.

Por oportuno, vale ressaltar que o assunto foi devidamente examinado pelos órgãos competentes do Poder Executivo, através de expediente protocolado sob nº 1.463.399-5/93, o qual foi objeto de pronunciamentos favoráveis do Instituto Ambiental do Paraná - IAP e da Secretaria de Estado do Governo, dele constando, inclusive, laudo técnico de vistoria e outros documentos que dão pleno respaldo à medida. Para melhor justificar a conveniência e oportunidade da proposta e no sentido de bem instruir e esclarecer quanto aos aspectos técnicos e jurídicos de que se reveste, é feita anexação de cópia das principais peças do processo.

Certo de que a presente proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) EMÍLIA DE SALLES BELINATI
Governadora do Estado, em exercício.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 071/97

Curitiba, 17.10.97

Senhor Presidente,

Tenho a honra de dirigir-me a V. Exa. a fim de formular proposição no sentido de que essa augusta Assembleia Legislativa aprove medida que, nos termos do art. 54, inciso XXXI, da Constituição Estadual, autorize o Poder Executivo, através do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, alienar a Ceslau Bochniak, o lote nº 123, da Gleba 3, Parte 2, da Colônia Boa Ventura, Município de São Roque, Comarca de Pitanga, com área de 7,9707 ha.

Cabe esclarecer que embora a área do imóvel seja inferior a cem hectares, o seu ocupante, em anterior oportunidade, adquiriu terras que, somadas, alcançam o que es-

tabelece o mencionado dispositivo constitucional.

A presente proposição é plenamente justa e oportuna, eis que, atendendo dispositivos de legislação federal e estadual que regulam a matéria, assim como ajustando-se ao mencionado mandamento contido no art. 54, XXXI, da Carta Estadual, visa a regularização da situação da questionada área ao seu legítimo ocupante, que há mais de 25 anos reside no local, assim como, vem explorando a terra adequadamente, de modo a fazer com que se cumpra sua função social.

Por oportuno, vale ressaltar que o assunto foi devidamente examinado pelos órgãos competentes do Poder Executivo, através de expediente protocolado sob nº 2.515.462-2/97, o qual foi objeto de pronunciamentos favoráveis do Instituto Ambiental do Paraná - IAP e da Secretaria de Estado do Governo, dele constando, inclusive, laudo técnico de vistoria e outros documentos que dão pleno respaldo à medida. Para melhor justificar a conveniência e oportunidade da proposta e no sentido de bem instruir e esclarecer quanto aos aspectos técnicos e jurídicos de que se reveste, é feita anexação de cópia das principais peças do processo.

Certo de que a presente proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) EMÍLIA DE SALLES BELINATI
Governadora do Estado, em exercício.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 072/97

Curitiba, 17.10.97

Senhor Presidente,

Tenho a honra de dirigir-me a V. Exa. a fim de formular proposição no sentido de que essa augusta Assembleia Legislativa aprove medida que, nos termos do art. 54, inciso XXXI, da Constituição Estadual, autorize o Poder Executivo, através do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, alienar a Josafat Forquevicz, os lotes nºs 66 e 79, ambos da Gleba 7, Colônia Boa Ventura, situados no Município Boa Ventura de São Roque, Comarca de Pitanga, com áreas de 14,8605 ha. e 32,2107 ha., respectivamente.

Cabe esclarecer que embora a área do imóvel seja inferior a cem hectares, o seu ocupante, em anterior oportunidade, adquiriu terras que, somadas, alcançam o que estabelece o mencionado dispositivo constitucional.

A presente proposição é plenamente justa e oportuna, eis que, atendendo dispositivos de legislação federal e estadual que regulam a matéria, assim como ajustando-se ao mencionado mandamento contido no art. 54, XXXI, da Carta Estadual, visa a regularização da situação da questionada área ao seu legítimo ocupante, que há mais de 25 anos reside no local, assim como, vem explorando a terra adequadamente, de modo a fazer com que se cumpra sua função social.

Por oportuno, vale ressaltar que o assunto foi devidamente examinado pelos órgãos competentes do Poder Executivo, através de expediente protocolado sob nº 2.515.463-0/97, o qual foi objeto de pronunciamentos favoráveis do Instituto Ambiental do Paraná - IAP e da Secretaria de Estado do Governo, dele constando, inclusive, laudo técnico de vistoria e outros documentos que dão pleno respaldo à medida. Para melhor justificar a conveniência e oportunidade da proposta e no sentido de bem instruir e esclarecer quanto aos aspectos técnicos e jurídicos de que se reveste, é feita anexação de cópia das principais peças do processo.

Certo de que a presente proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) EMÍLIA DE SALLES BELINATI
Governadora do Estado, em exercício.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 073/97

Curitiba, 17.10.97

Senhor Presidente,

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa Egrégia Assembléia Legislativa, anteprojeto de lei que dispõe sobre aprovação de um ajuste no Programa de Obras constante do Anexo V da Lei Estadual nº 11.652, de 27 de dezembro de 1996, no valor de R\$ 1.700.000,00 (hum milhão e setecentos mil reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, pertencente a mesma Lei Estadual, visando promover a recomposição dos fundos de vale/matias ciliares, protegendo e preservando mananciais de água e auxiliando, com estas ações, no processo de educação ambiental desenvolvido no Estado do Paraná.

Esclareço também que os recursos para cobertura da referida programação são decorrentes de cancelamento de

dotação da própria Secretaria.

Certo de poder contar com a atenção dessa Egrégia Assembléia Legislativa, reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) EMÍLIA DE SALLES BELINATI
Governadora do Estado, em exercício

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica procedido um ajuste no Programa de Obras constante do Anexo V da Lei Estadual nº 11.652, de 27 de dezembro de 1996, no valor de R\$ 1.700.000,00 (hum milhão e setecentos mil reais), conforme Anexos I e II desta lei.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ACRESCIMO		ANEXO I		FL. 01
DAS OBRAS		ANEXO		R\$ 1,00
CODIGO	ESPECIFICACAO	FONTE	VALOR	PROCESSO
6900	SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS	I	I	I
	HIDRICOS	I	I	I
		I	I	I
6902	DIRETORIA GERAL	I	I	I
1152	EXECUCAO DE PROGRAMAS AMBIENTAIS - SEMA	I	I	I
0006	CONSTRUIR PARQUES - FUNDOS DE VALE (A)	I	25	1.700.000 0980
TOTAL		I	TES. I	1.700.000
		I	O.F. I	0

REDUCAO		ANEXO II		FL. 01
DAS OBRAS		ANEXO		R\$ 1,00
CODIGO	ESPECIFICACAO	FONTE	VALOR	PROCESSO
6900	SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS	I	I	I
	HIDRICOS	I	I	I
		I	I	I
6902	DIRETORIA GERAL	I	I	I
1152	EXECUCAO DE PROGRAMAS AMBIENTAIS - SEMA	I	I	I
0004	CONSTRUIR O CENTRO DE DESIGN - PARQUE PASSAUNA (A)	I	25	1.700.000 0980
TOTAL		I	TES. I	1.700.000
		I	O.F. I	0

MENSAGENS Nº 074/97

Curitiba, 17.10.97

Senhor Presidente,

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa Egrégia Assembléia Legislativa, anteprojeto de lei que dispõe sobre aprovação de um ajustamento orçamentário no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, aprovado pela Lei Estadual nº 11.652, de 27 de dezembro de 1996, visando promover a recomposição dos fundos de vale/matias ciliares, protegendo e preservando mananciais de água e auxiliando, com estas ações, no processo de educação ambiental desenvolvido no Estado do Paraná.

Esclareço também que os recursos para cobertura da referida programação são decorrentes de cancelamento de dotação da própria Secretaria.

Certo de poder contar com a atenção dessa Egrégia Assembléia Legislativa, reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) EMÍLIA DE SALLES BELINATI
Governadora do Estado, em exercício

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica procedido um ajustamento orçamentário no Orçamento Geral do Estado, no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), de acordo com os Anexos I e II desta lei.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ACRESCIMO		ANEXO I		FL. 01	
DE DESPESA		ANEXO		R\$ 1,00	
CODIGO	ESPECIFICACAO	NATUREZA DA DESPESA	FONTE	VALOR	N.D.O. PROC COP
6900	SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS				
	HIDRICOS				
6902	DIRETORIA GERAL				
1152	EXECUCAO DE PROGRAMAS AMBIENTAIS - SEMA	4490.39	25 L	100.000	0974
TOTAL				100.000	

REDUCAO		ANEXO II		FL. 01	
DE DESPESA		ANEXO		R\$ 1,00	
CODIGO	ESPECIFICACAO	NATUREZA DA DESPESA	FONTE	VALOR	N.D.O. PROC COP
6900	SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS				
	HIDRICOS				
6902	DIRETORIA GERAL				
1152	EXECUCAO DE PROGRAMAS AMBIENTAIS - SEMA	4490.51	25 L	100.000	0974
TOTAL				100.000	

REDUCAO		ANEXO III		FL. 02	
DAS OBRAS		ANEXO		R\$ 1,00	
CODIGO	ESPECIFICACAO	FONTE	VALOR	PROCESSO	
6900	SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS				
	HIDRICOS				
6902	DIRETORIA GERAL				
1152	EXECUCAO DE PROGRAMAS AMBIENTAIS - SEMA				
0004	CONSTRUIR O CENTRO DE DESIGN - PARQUE PASSAUNA (A)	25	100.000	0974	
TOTAL		TBS.	100.000		
		O.F.	0		

MENSAGEM Nº 075/97

Curitiba, 17.10.97

Governadora do Estado, em exercício

Senhor Presidente,

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa Egrégia Assembleia Legislativa, anteprojeto de lei que aprova um ajuste no valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), ao vigente Programa de Obras da Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana, aprovado pela Lei Estadual nº 11.652, de 27 de dezembro de 1996, para viabilizar a construção da Cantina.

Esclareço também que os recursos para cobertura da referida programação são provenientes de cancelamento de dotação do próprio órgão.

Certo de poder contar com a atenção dessa Egrégia Assembleia Legislativa, reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) EMÍLIA DE SALLES BELINATI

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica procedida a conversão entre as fontes de recursos que custeiam a programação da Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana, no valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), conforme Anexos I e II desta lei.

Art. 2º - Em decorrência do contido no artigo 1º, fica alterado o Demonstrativo da Receita, conforme Anexos III e IV desta lei.

Art. 3º - Em decorrência do contido no artigo 1º, fica alterado o Anexo de Obras, conforme Anexos V e VI desta lei.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ACRESCIMO		ANEXO I				FL. 01
DE DESPESA		ANEXO				R\$ 1,00
CODIGO	ESPECIFICACAO	NATUREZA DA DESPESA	FONTE	LDRI	VALOR	N.DO PROC COP
4500	SECRETARIA DE ESTADO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR					
4539	FACULDADE ESTADUAL DE CIENCIAS ECONOMICAS DE APUCARANA					
2214	ADMINISTRACAO E MANUTENCAO DO ENSINO SUPERIOR EM APUCARANA	4490.51	50	L	25.000	0997
TOTAL					25.000	

REDUCAO		ANEXO II				FL. 01
DE DESPESA		ANEXO				R\$ 1,00
CODIGO	ESPECIFICACAO	NATUREZA DA DESPESA	FONTE	LDRI	VALOR	N.DO PROC COP
4500	SECRETARIA DE ESTADO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR					
4539	FACULDADE ESTADUAL DE CIENCIAS ECONOMICAS DE APUCARANA					
2214	ADMINISTRACAO E MANUTENCAO DO ENSINO SUPERIOR EM APUCARANA	4490.51	81	L	25.000	0997
TOTAL					25.000	

ACRESCIMO		ANEXO III				FL. 02
DA RECEITA DESCENTRALIZADA		ANEXO				R\$ 1,00
CODIGO	ESPECIFICACAO	FONTE	VALOR	PROCESSO		
	SECRETARIA DE ESTADO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR					
4539	FACULDADE ESTADUAL DE CIENCIAS ECONOMICAS DE APUCARANA					
1600.99.00	OUTROS SERVICOS	50	25.000	0997		
TOTAL				25.000		

REDUCAO		ANEXO IV				FL. 02
DA RECEITA DESCENTRALIZADA		ANEXO				R\$ 1,00
CODIGO	ESPECIFICACAO	FONTE	VALOR	PROCESSO		
	SECRETARIA DE ESTADO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR					
4539	FACULDADE ESTADUAL DE CIENCIAS ECONOMICAS DE APUCARANA					
2462.01.00	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS COM ORGAOS FEDERAIS	81	25.000	0997		
TOTAL				25.000		

ACRESCIMO DAS OBRAS		ANEXO V		FL. 03 R\$ 1,00	
CODIGO	ESPECIFICACAO	PONTE	VALOR	PROCESSO	
4500	SECRETARIA DE ESTADO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR	I		I	
4539	FACULDADE ESTADUAL DE CIENCIAS ECONOMICAS DE APUCARANA	I		I	
2214	ADMINISTRACAO E MANUTENCAO DO ENSINO SUPERIOR EM APUCARANA	I		I	
0003	CONSTRUIR CANTINA UNIVERSITARIA (A)	I 50	25.000	I	0997
TOTAL		I TES. I	0	I	
		I O.P. I	25.000	I	

REDUCAO DAS OBRAS		ANEXO VI		FL. 03 R\$ 1,00	
CODIGO	ESPECIFICACAO	PONTE	VALOR	PROCESSO	
4500	SECRETARIA DE ESTADO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR	I		I	
4539	FACULDADE ESTADUAL DE CIENCIAS ECONOMICAS DE APUCARANA	I		I	
2214	ADMINISTRACAO E MANUTENCAO DO ENSINO SUPERIOR EM APUCARANA	I		I	
0004	CONSTRUIR COBERTURA DA CANCHA ESPORTIVA (A)	I 81	25.000	I	0997
TOTAL		I TES. I	0	I	
		I O.P. I	25.000	I	

MENSAGEM Nº 076/97

Curitiba, 17.10.97

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar a redução de preço na venda de terras devolutas incorporadas ao patrimônio do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, conforme protocolados relacionados em anexo, tendo em vista comprovadas dificuldades econômicas encontradas pelos adquirentes para saldarem tais compromissos.

As solicitações foram objeto de análise pela Procuradoria-Geral do Estado, que emitiu o Parecer nº 123/95, do qual é feita anexação de cópia autêntica objetivando comprovar o interesse social de que se reveste a medida, melhor instruir o pedido e esclarecer quanto aos aspectos técnicos e jurídicos da matéria. Conclui a Procuradoria que nos casos ora em análise, "há necessidade de autorização dessa Colenda Casa".

A Secretaria de Estado do Governo, conforme Parecer nº 170/96, cópia anexa, de sua Coordenadoria Técnico-Jurídica, apreciando o assunto manifestou-se pelo mesmo atendimento esposado pela Procuradoria-Geral do Estado, posição também adotada pelo Conselho de Administração do Instituto Ambiental do Paraná, como se vê da ata cuja cópia é aqui apensada.

Certo de que a questão merecerá dessa Egrégia Assembléia Legislativa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) EMÍLIA DE SALLES BELINATI

Governadora do Estado, em exercício

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a reduzir, no percentual indicado pelo Parecer nº 123/95, da Procu-

radoria-Geral do Estado, os valores devidos pela aquisição de terras devolutas, adquiridas conforme protocolados constantes da relação anexa à presente lei.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A Diretoria Legislativa.

Anexo de que trata o art. 1º

- 1.790.064-1 Requerente Adelino Pagnussati, lotes nºs 76 e 81, Gleba nº 04, da Colônia Boa Ventura, com áreas de 28,8782 e 8,8873 ha, respectivamente, Município de Pitanga.
- 1.088.834 Requerente Gilberto Ferreira, lote nº 44, Gleba nº 02, da Colônia São Jerônimo, área 6,7032 ha, Município de São Jerônimo da Serra.
- 1.635.811-8 Requerente Nestor Kenear, lote nº 31, Gleba nº 02, Colônia Boa Ventura, área 81,4286 ha, Município de Pitanga.
- 1.636.438-0 Requerente Cesar Conte, lote nº 03, "B", parte da Gleba nº 03, Colônia Boa Ventura, área 16,6562 ha, Município de Pitanga.
- 1.637.237-4 Requerente Nelson Piovesan, lote nº 125, Gleba 15, Colônia Boa Ventura, área 287,1786 ha, Município de Pitanga.
- 1.789.683-0 Requerente José de Oliveira Magalhães, lote nº 56, imóvel Campina dos Freitas, área 78,2438 ha, Município de Pitanga.
- 1.789.806-0 Requerente Adolfo Carlos Steinert, lote nº 22, imóvel Corumbataí "A", área 49,5988 ha, Município de Pitanga.
- 1.789.898-1 Requerente Isidoro Marcon, lote nº 47, Gleba nº 02, Colônia Boa Ventura, área 45,3236 ha, Município de Pitanga.
- 1.789.899-0 Requerente Paulo Roberto Dal Santos, lote nº 05, imóvel Cascata, área 8,4181 ha, Município

- de Pitanga.
- 1,790.434-5 Requerente Jair Pinto Barbosa, lote nº 03, imóvel Barra Grande, área 11,9048 ha, Município de Curitiba.
- 1,790.509-0 Requerente Amilton de Jesus Elias do Nascimento, lote nº 36, imóvel Campina dos Freitas, área 3,1141 ha, Município de Pitanga.
- 1,790.655-0 Requerente Vitalino Dale Tese, lote nº 09, imóvel Corumbatal "A", área 42,9617 ha, Município de Pitanga.
- 1,790.940-1 Requerente Idenilson João Strapasson, lote nº 86, Gleba nº 07, Colônia Boa Ventura, área 20,3693 ha, e lote nº 87, Gleba 07, Colônia Boa Ventura, área 20,2207 ha, Município de Pitanga.
- 1,897.672-2 Requerente Elza Xavier de Oliveira, lote nº 62, imóvel Cascata, área 11,2247 ha, e lote nº 59, imóvel Cascata, área 8,1066 ha, Município de Pitanga.
- 1,897.933-0 Requerente José Antonio Pelizzari, lote nº 07, imóvel Campina dos Freitas, área 10,2990 ha, e lote nº 09, imóvel Campina dos Freitas, área 7,9574 ha, Município de Pitanga.
- 1,989.802-4 Requerentes Osvaldo Batista e outros, lote nº 43, Gleba nº 02, Colônia Boa Ventura, área 362,6178 ha, Município de Pitanga.
- 2,148.645-0 Requerente Wilson Borges, lote nº 21, imóvel Rio Quieto, área 21,0278 ha, Município de Pitanga.
- 2,259.492-3 Requerente Arlindo Zimmermann, lote nº 21, Gleba nº 09, Colônia Boa Ventura, área 50,3581 ha, Município de Pitanga.
- 2,259.641-1 Requerente Hilário Moreira de Souza, lote nº 37, Gleba nº 03, parte 02, Colônia Boa Ventura, área 5,5517 ha, Município de Pitanga.
- 2,260.327-2 Requerente Gilberto Jauer, lote nº 15, Gleba nº 11, Colônia Boa Ventura, área 11,1368 ha, Município de Pitanga.
- 2,395.050-2 Requerente Luiz Gregio, lote nº 13, imóvel Campina dos Freitas, área 86,5601 ha, Município de Pitanga.
- 2,395.051-0 Requerente Natália Disner Schmoeller, lote nº 51, imóvel Arroio Grande, área 17,0426 ha, Município de Pitanga.
- 2,395.170-3 Requerente José Fernandes Lima, lote nº 89, imóvel Cascata, área 66,1237 ha, Município de Pitanga.
- 2,395.171-1 Requerente Sebastião Ribeiro de Almeida, lote nº 24, Gleba nº 15, Colônia Boa Ventura, área 6,8707 ha, Município de Pitanga.
- 2,395.176-2 Requerente José dos Santos, lotes nºs 08 e 08 "A", parte da Gleba nº 03, Colônia Boa Ventura, áreas 18,9916 ha, cada um, Município de Pitanga.
- 2,395.399-4 Requerente Paulo Rodrigues da Silva, lote nº 31, imóvel Cinco Encruzilhadas, área 42,8810 ha, Município de Pitanga.
- 2,517.987-0 Requerente Carlito Langner, lote nº 57 "A", Gleba nº 02, Colônia Boa Ventura, área 29,0400 ha, Município de Pitanga.
- 2,577.737-9 Requerente José de Paulo, lote nº 47, Gleba nº 15, Colônia Boa Ventura, área 7,4098 ha, Município de Pitanga.
- 2,578.642-4 Requerente Arno Strapasson, lote nº 11, Gleba nº 01, Colônia Boa Ventura, área 32,5478 ha e lote nº 18, Gleba nº 01, Colônia Boa Ventura, área 67,3297 ha, Município de Pitanga.
- 2,578.643-2 Requerente Josafat Forquevicz, lote nº 03, Gleba nº 15, Colônia Boa Ventura, área 67,7671, Município de Pitanga.

MENSAGEM Nº 077/97

Curitiba, 17.10.97

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o

Poder Executivo a doar ao Município de Santo Antonio do Sudoeste, o lote urbano de terreno nº 4-C, da quadra 13, da Planta Geral daquela cidade, com área total de 540,00m², de propriedade do Estado do Paraná, havido por doação do próprio município, conforme transcrição do Registro de Imóveis nº de ordem 4.800, às fls. 157, do Livro 3-D, da Comarca de Santo Antonio do Sudoeste.

A medida legal ora proposta consulta plenamente aos superiores interesses da Administração, eis que visa regularizar situação pendente, pois, o mencionado imóvel é hoje utilizado pela Prefeitura Municipal que, objetivando permuta, doou ao Estado, em contrapartida, outros dois lotes de terreno, onde hoje encontra-se edificado e funcionando o Fórum daquela Comarca.

A Secretaria de Estado da Administração, através da Coordenadoria de Patrimônio do Estado, manifestando-se favoravelmente ao pleito, prestou informação de que o lote de terreno contíguo ao ora tratado, já foi objeto de autorização legislativa para doação, pelo Estado, à municipalidade, mediante a Lei nº 6.643, de 17 de dezembro de 1974, restando, agora, a indispensável obtenção da autorização pretendida, como forma de sanar integralmente a questão.

Certo de que o Plano de Lei ora submetido a exame e apreciação dessa Casa merecerá o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) EMÍLIA DE SALLES BELINATI
Governadora do Estado, em exercício

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Santo Antonio do Sudoeste, o lote de terreno nº 4-C, da quadra 13, da Planta Geral da sede daquela municipalidade, com área total de 540,00m², adquirido pelo Estado do Paraná (Tribunal de Justiça), conforme transcrição do Registro de Imóveis nº de ordem 4.800, às fls. 157, do Livro 3-D, da Comarca de Santo Antonio do Sudoeste.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 078/97

Curitiba, 17.10.97

Senhor Presidente.

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência, a fim de formular proposição no sentido de que essa Augusta Assembléia Legislativa aprove medida que, nos termos do art. 54, inciso XXXI, da Constituição Estadual, autorize o Poder Executivo, através do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, alienar a Gilvan Picolli de Albuquerque, o lote nº 116, da Gleba 07, Colônia Boa Ventura, com área de 109,16ha, situado no Município de Pitanga.

A presente proposição é plenamente justa e oportuna, eis que, atendendo dispositivos de legislação federal e estadual que regulam a matéria, assim como ajustando-se ao mencionado mandamento contido no art. 54, XXXI, da Carta Estadual, visa a regularização da situação da questionada área ao seu legítimo ocupante, que vem explorando-a adequadamente, de modo a fazer com que se cumpra sua função social.

Por oportuno, vale ressaltar que o assunto foi devidamente examinado pelos órgãos competentes do Poder Executivo, através de expediente protocolado sob nº 2.259.254-8/95, o qual foi objeto de pronunciamentos favoráveis do Instituto Ambiental do Paraná - IAP e da Secretaria de Estado do Governo, dele constando, inclusive, laudo técnico de vistoria e outros documentos que dão pleno respaldo à medida. Para melhor justificar a conviência e oportunidade da proposta e no sentido de bem instruir e esclarecer quanto aos aspectos técnicos e jurídicos de que se reveste, é feita anexação de cópia das principais peças do processo.

Certo de que a presente proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) EMÍLIA DE SALLES BELINATI
Governadora do Estado, em exercício

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 079/97

Curitiba, 17.10.97

Senhor Presidente.

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência, a fim de formular proposição no sentido de que essa Augusta Assembléia Legislativa aprove medida que, nos termos do art. 54, inciso XXXI, da Constituição Estadual, autorize o Poder Executivo, através do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, alienar a Israel do Prado, o lote nº 02, do imóvel denominado Gamelão, com área de 106,0115ha, situado no Município de Pitanga.

A presente proposição é plenamente justa e oportuna, eis que, atendendo dispositivos de legislação federal e estadual que regulam a matéria, assim como ajustando-se ao mencionado mandamento contido no art. 54, XXXI, da Carta Estadual, visa a regularização da situação da questionada área ao seu legítimo ocupante, que vem explorando-a adequadamente, de modo a fazer com que se cumpra sua função social.

Por oportuno, vale ressaltar que o assunto foi devidamente examinado pelos órgãos competentes do Poder Executivo, através de expediente protocolado sob nº 2.515.603-0/97, o qual foi objeto de pronunciamentos favoráveis do Instituto Ambiental do Paraná - IAP e da Secretaria de Estado do Governo, dele constando, inclusive, laudo técnico de vistoria e outros documentos que dão pleno respaldo à medida. Para melhor justificar a conveniência e oportunidade da proposta e no sentido de bem instruir e esclarecer quanto aos aspectos técnicos e jurídicos de que se reveste, é feita anexação de cópia das principais peças do processo.

Certo de que a presente proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) EMILIA DE SALLES BELINATI

Governadora do Estado, em exercício

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 080/97

Curitiba, 17.10.97

Senhor Presidente.

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência, a fim de formular proposição no sentido de que essa Augusta Assembléia Legislativa aprove medida que, nos termos do art. 54, inciso XXXI, da Constituição Estadual, autorize o Poder Executivo, através do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, alienar a Edu Kruger, os lotes nº 40, com área de 84,7154ha, e nº 51, com área de 13,3648ha, ambos do imóvel denominado Campina dos Freitas, situado no Município de Pitanga.

Cabe esclarecer que embora a área total dos dois lotes seja inferior a cem hectares, o seu ocupante, em anteriores oportunidades adquiriu terras que, somadas, alcançam o que estabelece o mencionado dispositivo constitucional.

A presente proposição é plenamente justa e oportuna, eis que, atendendo dispositivos de legislação federal e estadual que regulam a matéria, assim como ajustando-se ao mencionado mandamento contido no art. 54, XXXI, da Carta Estadual, visa a regularização da situação das questionadas áreas ao seu legítimo ocupante, que vem explorando-a adequadamente, de modo a fazer com que se cumpra sua função social.

Por oportuno, vale ressaltar que o assunto foi devidamente examinado pelos órgãos competentes do Poder Executivo, através de expediente protocolado sob nº 2.514.291-8/96, o qual foi objeto de pronunciamento favoráveis do Instituto Ambiental do Paraná - IAP e da Secretaria de Estado do Governo, dele constando, inclusive, laudo técnico de vistoria e outros documentos que dão pleno respaldo à medida. Para melhor justificar a conveniência e oportunidade da proposta e no sentido de bem instruir e esclarecer quanto aos aspectos técnicos e jurídicos de que se reveste, é feita anexação de cópia das principais peças do processo.

Certo de que a presente proposta merecerá dessa

Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) EMILIA DE SALLES BELINATI

Governadora do Estado, em exercício

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 081/97

Curitiba, 17.10.97

Senhor Presidente.

Em conformidade com as disposições do art. 10, da Constituição Estadual, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a ceder ao Município de Faxinal, em caráter de utilização gratuita, o imóvel situado no perímetro urbano da sede do referido Município, com área de 600,00m² (seiscentos metros quadrados), de propriedade do Estado, conforme o que consta na Matrícula nº 8.349, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca.

A medida legal ora submetida a essa Casa consulta plenamente aos superiores interesses da Administração, eis que o referido imóvel será utilizado pelo Cessionário na instalação de exposição de produtos artesanais, valendo ressaltar que a pretendida cessão de uso será feita a título precário, a fim de que o Estado possa, a qualquer tempo, proceder à retomada de tal imóvel para uso de próprios estaduais. Destaca-se, ainda, o fato de no anteprojeto de lei em epígrafe constarem disposições no sentido de que o imóvel não poderá ser utilizado para finalidades diversas daquelas previstas, sob pena de automático cancelamento da cessão, que durará, sem prejuízo da já referida hipótese de retomada imediata, até 31/12/98, podendo ser prorrogada por mais 4 (quatro) anos, mediante consenso entre as partes.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) EMILIA DE SALLES BELINATI

Governadora do Estado, em exercício.

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - De acordo com o art. 10, da Constituição Estadual, fica o Poder Executivo Estadual autorizado a ceder, em caráter de utilização gratuita, ao Município de Faxinal, o imóvel de propriedade do Estado do Paraná, situado no quadro urbano da cidade, com área de 600,00m², contendo uma casa de madeira e demais benfeitorias, de frente para a Rua Tiradentes, conforme o que consta na matrícula nº 8.349, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca.

Art. 2º - O imóvel de que trata o art. 1º desta lei, será cedido ao Município de Faxinal em caráter precário, podendo o mesmo ser retomado a qualquer momento pelo Estado, e será utilizado pelo cessionário, exclusivamente para instalar e manter em funcionamento um local para exposição de produtos artesanais da localidade, tendo esta cessão a duração até 31/12/98, prorrogável por mais 4 (quatro) anos, mediante consenso entre as partes, não podendo referido imóvel ser utilizado para outros fins, nem ser transferido a terceiros, sob pena de a cessão tornar-se automaticamente sem efeito, ficando, ainda, mencionado Município, responsável pela guarda, proteção e conservação do bem, assim como pelas medidas e despesas necessárias ao fiel cumprimento do termo, sem direito a futuros ressarcimentos.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 082/97

Curitiba, 17.10.97

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Augusta Assembléia Legislativa, em conformidade com o art. 10, da Constituição Estadual, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o

Poder Executivo a ceder, em caráter de utilização gratuita, à União Cívica Feminina Paranaense, imóvel de propriedade do Estado do Paraná, situado em Curitiba, no Centro da Praça Professor João Cândido, s/nº, bairro São Francisco, com aproximadamente 250,00m² de área edificada.

A medida ora proposta consulta plenamente aos superiores interesses da Administração, eis que o mencionado bem será utilizado pela entidade cessionária na execução das suas atividades estatutárias e sociais.

Vale mencionar que a União Cívica Feminina Paranaense é sociedade civil de fins não econômicos e sem objetivos de lucro, com sede e foro em Curitiba. Fundada em 1963, vem ao longo dos anos, desempenhando atividades de relevância à Coletividade, entre outras obras sociais e de beneficência.

Convém, também, salientar que tal entidade, caracterizada como de assistência social, sem fins lucrativos e reconhecida de Utilidade Pública pela Lei Estadual nº 5.265, de 12 de janeiro de 1966, ocupa, como sua sede, o imóvel em tela desde o ano de 1963, quando de sua fundação.

A Secretaria de Estado da Administração, com base em informação da Coordenadoria de Patrimônio do Estado, bem como a Secretaria de Estado do Governo, conforme parecer da Coordenadoria Técnico-Jurídica, manifestaram-se favoravelmente à cessão.

Por último, cabe frisar que o anteprojeto de lei em referência contém disposição quanto a exclusiva utilização do imóvel na forma prevista, sob pena de tornar-se automaticamente sem efeito a cessão, com duração até 31 de dezembro de 1998, podendo ser prorrogada mediante consenso entre as partes. A cessionária ficará, também, responsável pela guarda, proteção e conservação do bem cedido, bem como pelas medidas e despesas necessárias ao fiel cumprimento do termo, sem direito a quaisquer ressarcimentos.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o indispensável apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de elevado apreço e distinguida consideração.

(a) EMILIA DE SALLES BELINATI

Governadora do Estado, em exercício.

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica o Poder Executivo, de acordo com o artigo 10, da Constituição Estadual, autorizado a ceder, em caráter de utilização gratuita, a União Cívica Feminina Paranaense, o imóvel de propriedade do Estado do Paraná, situado em Curitiba, no bairro São Francisco, no centro da praça Professor João Cândido, s/n, contendo um prédio em alvenaria, com dois pavimentos, com área construída de aproximadamente 250,00m², objeto da transcrição 4.338, do livro 3-A, do Cartório de Registro de Imóveis da 1ª Circunscrição Imobiliária da Comarca de Curitiba.

Art. 2º - O imóvel de que trata o art. 1º desta lei será destinado exclusivamente à execução das finalidades estatutárias e sociais da União Cívica Feminina Paranaense, tendo esta cessão duração até 31 de dezembro de 1998, podendo ser prorrogada mediante consenso entre as partes, não podendo referido imóvel ser utilizado para outros fins, nem ser transferido a terceiros, sob pena de tornar-se automaticamente sem efeito, ficando, ainda, aquela entidade, responsável pela guarda, proteção e conservação do bem cedido, bem como pelas medidas e despesas necessárias ao fiel cumprimento do termo, sem direito a quaisquer ressarcimentos.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 083/97

Curitiba, em 17.10.97.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a proceder permuta de imóveis, um de Administração Direta e outro do patrimônio do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, com as seguintes característi-

cas:

I - imóvel de domínio do Estado do Paraná constituído de terreno situado no quadro urbano da Cidade de Morretes, frente para a Rua Quintino Bocaiuva, onde mede 9,50 metros, pelos fundos com terreno devoluto com igual medida, pela lateral direita com Massade Salomão onde mede 21,50 metros, e pela lateral esquerda com Santiago Alves de Freitas onde mede 21,50 metros, perfazendo uma área total de 192,37 m², contendo uma edificação em alvenaria, com um pavimento, com área construída útil de 110,54 m², conforme o que consta na matrícula nº 561 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Morretes;

e

II - imóvel de domínio do Instituto Ambiental do Paraná constituído dos lotes nºs 13-A, 12 e 11 da quadra nº 40, da planta da Cidade de Goioerê, frente para a Rua Antonio Moulin onde mede 25,00 metros, pelos fundos confrontando com o lote nº 10 da mesma quadra com igual medida, pela lateral direita com o lote nº 13-B da mesma quadra onde mede 35,00 metros, e pela lateral esquerda com a Rua José Bonifácio com a qual faz esquina, onde mede 35,00 metros, perfazendo uma área total de 875,00 m², conforme o que consta na matrícula nº 17.432, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Goioerê, contendo uma edificação em alvenaria com área construída de 199,75 m².

O anexo plano de lei consulta plenamente aos interesses da Administração e, tendo sido observado trâmite regular do processo, devidamente examinado pelos órgãos competentes do Estado, através de iniciativa do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, pelo expediente protocolado sob nº 2.522.889-8/95-SPI, com pronunciamentos favoráveis da Secretaria de Estado da Fazenda, da Coordenadoria de Patrimônio do Estado e da Secretaria de Estado do Governo, constando, ainda, laudo de avaliação dos imóveis permutantes, realizado pelo Departamento Estadual de Construção, de Obras e Manutenção - DECOM, bem como outros documentos relativos à propriedade de cada um, respaldando o procedimento.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) EMILIA DE SALLES BELINATI
Governadora do Estado, em exercício

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder permuta dos imóveis abaixo relacionados, sendo um de domínio do Estado e outro do patrimônio próprio do Instituto Ambiental do Paraná - IAP:

a) imóvel de domínio do Estado do Paraná a ser permutado por imóvel de domínio do Instituto Ambiental do Paraná; terreno situado no quadro urbano da Cidade de Morretes, frente para a Rua Quintino Bocaiuva, onde mede 9,50 metros, pelos fundos com terreno devoluto com igual medida, pela lateral direita com Massade Salomão onde mede 21,50 metros, e pela lateral esquerda com Santiago Alves de Freitas onde mede 21,50 metros, perfazendo uma área total de 192,37 m², contendo uma edificação em alvenaria, com um pavimento, com área construída útil de 110,54 m², conforme o que consta na matrícula nº 561 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Morretes;

e

b) imóvel de domínio do Instituto Ambiental do Paraná a ser permutado por imóvel de domínio do Estado do Paraná; lotes nºs 13-A, 12 e 11 da quadra nº 40, da planta da Cidade de Goioerê, frente para a Rua Antonio Moulin onde mede 25,00 metros, pelos fundos confrontando com o lote nº 10 da mesma quadra com igual medida, pela lateral direita com o lote nº 13-B da mesma quadra onde mede 35,00 metros, e pela lateral esquerda com a Rua José Bonifácio com a qual faz esquina, onde mede 35,00 metros, perfazendo uma área total de 875,00 m², conforme o que consta na matrícula nº 17.432, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Goioerê, contendo uma edificação em alvenaria com área construída de 199,75 m².

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 084/97

Curitiba, em 17.10.97.

Senhor Presidente.

Em conformidade com as disposições do artigo 10, da Constituição Estadual, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa augusta Assembleia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a ceder ao Município de Formosa do Oeste, em caráter de utilização gratuita, o imóvel rural constituído pela Chácara nº 16, do Bairro de Chácaras, Gleba Rio Verde-2, situada naquele município, com área de 7,80 hectares, sem benfeitorias, de propriedade do Estado do Paraná, conforme consta na Matrícula nº 5.697, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Formosa do Oeste.

A medida legal ora submetida a essa Casa consulta plenamente aos superiores interesses da Administração e da Coletividade, eis que aquela municipalidade pretende explorá-lo, exclusivamente, em benefício da APAE e APMI locais, mantendo ali a cultura de hortaliças e instalação de granjas de animais e aves, essenciais à manutenção de seus assistidos.

O referido imóvel foi incorporado ao patrimônio do Estado por adjudicação, em herança jacente, não estando, atualmente, sendo utilizado por órgãos da Administração Pública Estadual.

Por oportuno, vale ressaltar que a douta Procuradoria-Geral do Estado, assim como a Coordenadoria de Patrimônio do Estado, manifestaram-se favoravelmente à proposta, por não encontrarem óbices de natureza legal ou constitucional e, também, em consideração ao destino público e social que se pretende dar ao questionado bem. Cabe, ainda, frisar que o anteprojeto de lei em epígrafe contém disposições no sentido de que o imóvel será utilizado exclusivamente para as finalidades previstas, sob pena de automático cancelamento da cessão, que durará até 31/12/98, podendo ser prorrogada mediante consenso entre as partes, ficando, ainda, aquela municipalidade, responsável pela guarda, proteção e conservação do bem cedido, bem como pelas medidas necessárias ao fiel cumprimento do termo, sem direito a futuros ressarcimentos. Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) EMÍLIA DE SALLES BELINATI
Governadora do Estado, em exercício

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a ceder o uso ao Município de Formosa do Oeste, do imóvel rural constituído pela Chácara nº 16, do Bairro de Chácaras, Gleba Rio Verde-2, situada naquele Município e Comarca, com área de 7,80 hectares, sem benfeitorias, de propriedade do Estado do Paraná, conforme o que consta na Matrícula nº 5.697, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Formosa do Oeste.

Art. 2º - O imóvel de que trata o artigo 1º desta lei será utilizado pelo Município de Formosa do Oeste, exclusivamente para cultura de hortaliças e instalação de granjas de animais e aves, tudo em benefício da APAE e APMI daquele município, tendo esta cessão de uso duração até 31/12/98, podendo ser prorrogada por mais 04 (quatro) anos, mediante consenso entre as partes, não podendo ser utilizado para outras finalidades, nem transferido a terceiros, sob pena de tornar-se automaticamente sem efeito, ficando, ainda, aquela municipalidade, responsável pela guarda, proteção e conservação do bem cedido, bem como pelas medidas necessárias ao fiel cumprimento do termo, sem direito a futuros ressarcimentos.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 085/97

Curitiba, em 17.10.97.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa augusta Assembleia Legislativa, em conformidade com o artigo 10, da Constituição Estadual, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a ceder, em caráter de utilização gratuita, ao Departamento de Trânsito do Paraná - DETRAN, imóvel com 1.935,00 m², sem edificações, situado na Rua Domingos Peneda, no Município de Paranaguá, conforme o que consta nas Transcrições nºs 1368 e 1992, respectivamente, dos livros 3-C e 3-D, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca.

A medida legal ora proposta consulta plenamente aos superiores interesses da Administração, eis que o mencionado bem será utilizado exclusivamente para construção, instalação e manutenção da CIRETRAN do Município de Paranaguá.

Cabe esclarecer que, atualmente, a CIRETRAN daquele município funciona em prédio de propriedade da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA, que vem solicitando sua desocupação para instalação de algumas de suas unidades.

É também oportuno informar que o imóvel indicado faz parte de área maior de propriedade do Estado do Paraná, utilizada pela Secretaria de Estado da Segurança Pública que, consultada, manifestou-se favoravelmente à cessão. Também a Secretaria de Estado da Administração manifestou-se de acordo com o pedido.

Por último, vale frisar que o anteprojeto de lei em referência contém disposições quanto a exclusiva utilização do imóvel na forma prevista, sob pena de tornar-se automaticamente sem efeito a cessão, com duração prevista por 05 (cinco) anos, podendo ser prorrogada por mais 05 (cinco) anos, mediante consenso entre as partes. O cessionário ficará, também, responsável pela guarda, proteção e conservação do bem cedido, bem como pelas medidas necessárias ao fiel cumprimento do termo, sem direito a futuros ressarcimentos.

Certo de que esta proposição merecerá o indispensável apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) EMÍLIA DE SALLES BELINATI
Governadora do Estado, em exercício

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Por força do artigo 10, da Constituição Estadual, fica o Poder Executivo Estadual autorizado a ceder ao Departamento de Trânsito do Paraná - DETRAN, imóvel com 1.935,00 m², sem edificações, situado na Rua Domingos Peneda, no Município de Paranaguá, parte de área maior de propriedade do Estado do Paraná, conforme o que consta nas Transcrições 1368 e 1992, respectivamente, dos livros 3-C e 3-D, ambas do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Paranaguá.

Art. 2º - O imóvel de que trata o artigo 1º desta lei será utilizado pelo DETRAN exclusivamente para instalação e manutenção da CIRETRAN do Município de Paranaguá, tendo esta cessão a duração de 05 (cinco) anos, a contar da lavratura do respectivo termo de cessão de uso, podendo ser prorrogada por mais 05 (cinco) anos, mediante consenso entre as partes, não podendo ser utilizado para outras finalidades, nem transferido a terceiros, sob pena de tornar-se automaticamente sem efeito, ficando, ainda, aquele DETRAN, responsável pela guarda, proteção e conservação do bem cedido, bem como pelas medidas necessárias ao fiel cumprimento do termo, sem direito a futuros ressarcimentos.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 086/97

Curitiba, em 17.10.97.

Senhor Presidente.

Em conformidade com o artigo 10, da Constituição Estadual, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a ceder, em caráter de utilização gratuita, ao Município de Santa Isabel do Ivaí, o imóvel de propriedade do Estado do Paraná, situado no quadro urbano daquele município, com área de 4.000,00 m², contendo edificações em alvenaria, localizado entre as Avenidas Manoel Ribas, Carlos Gomes e Rua Afonso Pena, conforme Transcrição Nº 686, do livro 3, do Cartório de Registro de Imóveis daquela Comarca.

A medida legal ora proposta consulta plenamente aos superiores interesses da Administração e da Coletividade, eis que o mencionado bem será utilizado pelo município, exclusivamente para instalação e funcionamento da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Santa Isabel do Ivaí.

É oportuno informar que a Secretaria de Estado da Administração, através da Coordenadoria do Patrimônio do Estado e a Secretaria de Estado do Governo, manifestaram-se favoravelmente ao pedido. Cabe, ainda, frisar que o anteprojeto de lei em epígrafe contém disposições no sentido de que o imóvel será utilizado exclusivamente para as finalidades previstas, sob pena de tornar-se automaticamente sem efeito a cessão, cuja duração será até 31 de dezembro de 1998, podendo ser prorrogada por mais 04 (quatro) anos, mediante consenso entre as partes e havendo necessidade poderá o citado imóvel ser retomado a qualquer tempo pelo Estado do Paraná. O cessionário ficará responsável pela guarda, proteção e conservação do bem cedido, bem como pelas medidas e despesas indispensáveis ao fiel cumprimento do termo, sem direito a futuros ressarcimentos.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) EMILIA DE SALLES BELINATI
Governadora do Estado, em exercício

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a ceder, em caráter de utilização gratuita, ao Município de Santa Isabel do Ivaí, o imóvel de propriedade do Estado do Paraná, situado no quadro urbano da Cidade de Santa Isabel do Ivaí, com área de 4.000,00 m², contendo edificações em alvenaria, localizado entre as Avenidas Manoel Ribas, Carlos Gomes e Rua Afonso Pena, conforme o que consta na Transcrição nº 686, do livro 3, do Cartório de Registro de Imóveis daquela Comarca.

Art. 2º - O imóvel de que trata o artigo 1º desta lei será cedido ao Município de Santa Isabel do Ivaí, podendo o mesmo ser retomado a qualquer tempo pelo Estado e será utilizado pelo cessionário, exclusivamente para manter instalada e em funcionamento no local a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais daquela municipalidade, tendo esta cessão duração até 31 de dezembro de 1998, podendo ser prorrogada por mais 04 (quatro) anos, mediante consenso entre as partes, não podendo referido imóvel ser utilizado para outros fins, nem ser transferido a terceiros, sob pena de tornar-se automaticamente sem efeito a cessão, ficando, ainda, o mencionado município, responsável pela guarda, proteção e conservação do bem cedido, assim como pelas medidas e despesas necessárias ao fiel cumprimento do termo, sem direito a futuros ressarcimentos.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 087/97

Curitiba, em 17.10.97.

Senhor Presidente.

Em conformidade com o artigo 10, da Constituição Estadual, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a ceder, em caráter de utilização gratuita, ao Centro de Promoção Humana São Benedito - Apucarana, entidade declarada de Utilidade Pública pela Lei Municipal nº 033, de 20 de setembro de 1976, imóvel de propriedade do Estado do Paraná, situado na sede do Município de Apucarana, composto pelos lotes nºs 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12 e 13, da quadra 125, Jardim Diamantina, da Planta Geral da Cidade de Apucarana, de frente para as Ruas Bolívia, Colômbia e Chile, com área de 3.120,00 m², objeto da Matrícula nº 14.837, do Cartório de Registro de Imóveis do 1º Ofício da Comarca de Apucarana. Tal imóvel contém edificações em alvenaria que totalizam, aproximadamente, 1.150,00 m².

A medida legal ora proposta consulta plenamente aos superiores interesses da Administração e da Coletividade, eis que o mencionado bem será utilizado pela citada entidade, exclusivamente para dar continuidade aos programas sociais desenvolvidos.

Ainda, é oportuno informar que a Secretaria de Estado da Administração, através da Coordenadoria do Patrimônio do Estado, a Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família e a Secretaria de Estado do Governo, manifestaram-se favoravelmente ao pedido.

Cabe, por último, frisar que o anteprojeto de lei em epígrafe contém disposições no sentido de que o imóvel será utilizado exclusivamente para as finalidades previstas, sob pena de tornar-se automaticamente sem efeito a cessão, cuja duração está prevista até 31 de dezembro de 1998, podendo ser prorrogada por mais 04 (quatro) anos, mediante consenso entre as partes. Ficará, ainda, a cessionária, responsável pela guarda, proteção e conservação do bem cedido, assim como pelas medidas e despesas necessárias ao fiel cumprimento do termo, sem direito a futuros ressarcimentos.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) EMILIA DE SALLES BELINATI
Governadora do Estado, em exercício

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a ceder, em caráter de utilização gratuita, ao Centro de Promoção Humana São Benedito, imóvel com área de terras com 3.120,00 m², composta pelos lotes sob números 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12 e 13, da quadra 125, do Jardim Diamantina, da Planta Geral da Cidade de Apucarana, de frente para as Ruas Bolívia, Colômbia e Chile, contendo edificações em alvenaria que totalizam aproximadamente 1.150,00 m², de propriedade do Estado do Paraná, conforme o que consta na Matrícula nº 14.837, do Cartório de Registro de Imóveis do 1º Ofício daquela Comarca.

Art. 2º - O imóvel de que trata o artigo 1º desta lei será utilizado pelo Centro de Promoção Humana São Benedito, exclusivamente para dar continuidade aos Programas Sociais desenvolvidos pela citada entidade, tendo esta cessão duração até 31 de dezembro de 1998, podendo ser prorrogada por mais 04 (quatro) anos, mediante consenso entre as partes, não podendo ser utilizado para outras finalidades, nem transferido a terceiros, sob pena de tornar-se automaticamente sem efeito, ficando, ainda, aquele Centro de Promoções Humanas, responsável pela guarda, proteção e conservação do bem cedido, assim como pelas medidas e despesas necessárias ao fiel cumprimento do termo, sem direito a futuros ressarcimentos.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 088/97

Curitiba, em 17.10.97.

Senhor Presidente.

Em conformidade com as disposições do artigo 10, da Constituição Estadual, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para apreciação por essa augusta Assembleia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de Londrina, as áreas que especifica, destacadas de área maior integrante do patrimônio do Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná - FUNDEPAR, conforme Matrícula nº 2.821, do Cartório de Registro de Imóveis da 3ª Circunscrição da Comarca de Londrina.

A medida ora proposta consulta plenamente aos superiores interesses da Administração e da Coletividade, levando-se em conta que a FUNDEPAR e a Coordenadoria do Patrimônio do Estado manifestaram-se favoravelmente à pretendida doação e que o Município de Londrina utilizará as objetivadas áreas para abertura de novas vias públicas, sem qualquer prejuízo ao funcionamento da Escola Estadual Nossa Senhora de Lourdes, instalada na parte maior do imóvel, que permanece no patrimônio daquela autarquia do Estado.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) EMILIA DE SALLES BELINATI
Governadora do Estado, em exercício

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Londrina, as áreas a seguir descritas, destacadas de área maior de propriedade do Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná - FUNDEPAR, conforme Matrícula nº 2.821, do Cartório de Registro de Imóveis da 3ª Circunscrição da Comarca de Londrina:

Área "A": 456,24 m²

Divisas e confrontações:

Ao Norte: com a Rua F, medindo 43,47 metros.

A Nordeste: com a Rua F, medindo em desenvolvimento em curva de 27,20 metros e raio de 180,00 metros.

Ao Sul: com parte do lote nº 1, medindo 71,22 metros.

A Oeste: com a Rua F, medindo 7,92 metros.

Área "B": 204,35 m²

Divisas e confrontações:

Ao Norte: com a Rua A, medindo em desenvolvimento em curva de 7,64 metros e raio de 5,10 metros.

A Leste: com a Rua A, medindo 71,77 metros e desenvolvimento em curva de 9,22 metros e raio de 6,00 metros.

Ao Sul: com a Avenida São João, medindo 1,75 metros.

A Noroeste: com parte do lote nº 1, e desenvolvimento em curva de 9,42 metros e raio de 6,00 metros.

A Oeste: com parte do lote nº 1, medindo 74,45 metros e desenvolvimento em curva de 2,38 metros e raio de 5,10 metros.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 089/97

Curitiba, em 17.10.97.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa augusta Assembleia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva, com base no artigo 10, da Constituição Estadual, alterar a descrição das áreas 2 e 4, constantes do artigo 1º, da Lei nº 10.906, de 21 de setembro de 1994, que trata de cessão dos imóveis que especifica, à Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, destinados a instalações de poços tubulares

profundos, em áreas de propriedade do Estado do Paraná, ocupadas pelo IAPAR.

A medida legal ora apresentada consulta plenamente aos interesses superiores da Administração e da Coletividade, pois objetiva dar continuidade às obras de reforço do sistema de abastecimento de água, programadas por aquela companhia.

Conforme esclarecimentos prestados pela SANEPAR, em razão de problemas técnicos observados, ou seja, pequena vazão apresentada, os poços de nºs 03 (três) e 05 (cinco) precisam ser substituídos pelos poços de nºs 08 (oito) e 09 (nove), respectivamente, com áreas de 153,50 m² e 362,00 m², localizados na mesma região, correspondendo às Transcrições nºs 5.446, livro 3D, 9ª Circunscrição Imobiliária e nº 29.892, livro 3AD, 6ª Circunscrição Imobiliária, ambas desta Comarca.

Cabe, por último, ressaltar que a Secretaria de Estado da Administração, embasada em parecer da Coordenadoria de Patrimônio do Estado - CPE, pronunciou-se favoravelmente à pretendida alteração. Em apenso, segue cópia autêntica da Lei nº 10.906, de 21 de setembro de 1994, cuja alteração parcial de redação é proposta.

Certo de poder contar com a atenção dessa colenda Casa, reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e distinta consideração.

(a) EMILIA DE SALLES BELINATI
Governadora do Estado, em exercício

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - O artigo 1º da Lei nº 10.906, de 21 de setembro de 1994, passa a vigorar na parte que se refere às áreas 2 e 4, respectivamente, com a seguinte redação:

Área 2 - Designada por poço nº 8, com área de 153,50 m², com as seguintes medidas e confrontações:

- Ponto de partida estabelecido na estação O.P.P., situada no A.P. da Rua Ivone Pimentel.

- Da estação O.P.P., azimuth 39º30'00" mediu-se 15,35 m até a estação 1, confrontando com área remanescente do Estado do Paraná.

- Da estação 1, azimuth 129º30'00" mediu-se 10,00 m até a estação 2, confrontando com área remanescente do Estado do Paraná.

- Da estação 2, azimuth 219º30'00" mediu-se 15,35 m até a estação 3, confrontando com área remanescente do Estado do Paraná.

- Da estação 3, azimuth 309º30'00" mediu-se 10,00 m pelo A.P. da Rua Ivone Pimentel, até a estação O.P.P.

Área 4 - Designada por poço nº 9, com área de 362,00 m², com as seguintes medidas e confrontações:

- Ponto de partida estabelecido na estação O.P.P., situada no A.P. da Rua Ivone Pimentel.

- Da estação O.P.P., azimuth 39º30'00" mediu-se 36,20 m até a estação 1, confrontando com área remanescente do Estado do Paraná.

- Da estação 1, azimuth 129º30'00" mediu-se 10,00 m até a estação 2, confrontando com área remanescente do Estado do Paraná.

- Da estação 2, azimuth 219º30'00" mediu-se 36,20 m até a estação 3, confrontando com área remanescente do Estado do Paraná.

- Da estação 3, azimuth 309º30'00" mediu-se 10,00 m pelo A.P. da Rua Ivone Pimentel, até a estação O.P.P.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 090/97

Curitiba, em 17.10.97.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa augusta Assembleia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a ceder, em caráter de utilização gratuita, ao Município de Nova Aliança do Ivaí, o imóvel urbano de propriedade do Estado, situado na sede daquela municipa-

lidade, constituído pelos lotes nºs 12 e 13, da quadra nº 22, com área de 1.120,00 m², de frente para a Rua Sergipe, esquina com a Avenida 1º Centenário, contendo edificação em alvenaria com 165,35 m², conforme Matrícula nº 13.159, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Paranavaí.

A medida legal ora submetida a essa Casa consulta plenamente aos superiores interesses da Administração, eis que o mencionado bem será utilizado exclusivamente para instalação e funcionamento do Paço Municipal.

A Secretaria de Estado da Administração, através da Coordenadoria de Patrimônio do Estado, tendo consultado os diversos órgãos estaduais, presta a informação de que não há interesse na ocupação do referido imóvel. Esclareceu, também, que no ano de 1989, foi firmado Termo de Cessão de Uso para a mesma finalidade, com vigência até 15/03/91.

Por último, cabe ressaltar que o anteprojeto de lei em epígrafe contém disposições no sentido de que o imóvel será utilizado exclusivamente para as finalidades previstas, sob pena de tornar-se automaticamente sem efeito a cessão, cuja duração está prevista até o dia 31 de dezembro de 1998, podendo ser prorrogada mediante consenso entre as partes. Fica, ainda, aquela municipalidade, responsável pela guarda, proteção e conservação do bem cedido, bem como pelas medidas necessárias ao fiel cumprimento do termo, sem direito a futuros ressarcimentos.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) EMILIA DE SALLES BELINATI
Governadora do Estado, em exercício

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a ceder o uso ao Município de Nova Aliança do Ivaí, do imóvel urbano constituído pelos lotes nºs 12 e 13, da quadra nº 22, com área de 1.120,00 m², situado naquela Cidade de Nova Aliança do Ivaí, com frente para a Rua Sergipe, esquina com a Avenida 1º Centenário, contendo edificação em alvenaria com 165,35 m², de propriedade do Estado do Paraná, conforme o que consta na Matrícula nº 13.159, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Paranavaí.

Art. 2º - O imóvel de que trata o artigo 1º desta lei será utilizado pelo Município de Nova Aliança do Ivaí, exclusivamente para a instalação e funcionamento do Paço Municipal tendo esta cessão de uso duração até 31 de dezembro de 1998, podendo ser prorrogada mediante consenso entre as partes, não podendo ser utilizado para outras finalidades, nem transferido a terceiros, sob pena de tornar-se automaticamente sem efeito, ficando, ainda, aquela municipalidade, responsável pela guarda, proteção e conservação do bem cedido, bem como pelas medidas necessárias ao fiel cumprimento do termo, sem direito a futuros ressarcimentos.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 091/97

Curitiba, em 17.10.97.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que, em conformidade com o preceito contido no art. 10, da Constituição Estadual, objetiva autorizar o Poder Executivo, através do Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná - FUNDEPAR, a doar ao Município de Foz do Iguaçu, o imóvel que descreve, de propriedade do referido Instituto, havido conforme o que consta da averbação nº 01, matrícula nº

50.419, do 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Foz do Iguaçu.

O Plano de Lei ora submetido a essa Casa de Leis consulta plenamente aos superiores interesses da Administração e da Coletividade, eis que o imóvel cuja autorização para doação se pretende, será exclusivamente utilizado para instalação, funcionamento e manutenção da Escola Municipal Elenice Milhorança, o que deverá ocorrer no prazo máximo de dois anos.

Por outro lado, merece destacar que o presente anteprojeto de lei contém dispositivo expresso determinado não só o prazo para conclusão das instalações da escola que o irá utilizar, mas, também, de que não possa ter destinação diversa prevista e que fique gravado com cláusula de inalienabilidade, sob pena de automática reversão ao patrimônio do Estado.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) EMILIA DE SALLES BELINATI
Governadora do Estado, em exercício.

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica o Poder Executivo, através do Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná - FUNDEPAR, autorizado a doar ao Município de Foz do Iguaçu, o imóvel de propriedade do referido Instituto, situado na sede urbana daquele Município, no Loteamento Jardim América, de frente para a Rua Naipi, entre a Rua Estanislau Ponte Preta e Avenida Venezuela, com área de 2.872,73 m², sem edificações, designado por lote nº 0431, conforme o que consta na averbação nº 01 da matrícula nº 51.419, do Cartório de Registro de Imóveis de 1º Ofício da Comarca de Foz do Iguaçu.

Art. 2º - O imóvel de que trata o art. 1º desta lei, será utilizado pelo Município de Foz do Iguaçu exclusivamente para instalação, funcionamento e manutenção da Escola Municipal Elenice Milhorança, no prazo máximo de 02 (dois) anos, não podendo ter destinação diversa, sob pena desta doação tornar-se automaticamente sem efeito, revertendo o imóvel e as benfeitorias que porventura venham a ser edificadas, ao patrimônio do Estado do Paraná, sem direito a futuros ressarcimentos, ficando, ainda, gravado com a cláusula de inalienabilidade.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 092/97

Curitiba, em 17.10.97.

Senhor Presidente.

Em conformidade com o art. 10, da Constituição Estadual, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a ceder, em caráter de utilização gratuita, ao Município de Terra Boa, o imóvel constituído pela data de terras nº 17, da quadra nº 115, com área de 600,00 m², localizada no quadro urbano daquele município, contendo edificação em alvenaria com 162,00 m², de propriedade do Estado do Paraná, conforme matrícula nº 134, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca.

A medida legal ora submetida a essa Casa consulta plenamente aos superiores interesses da Administração, eis que o mencionado bem será utilizado exclusivamente para a instalação da Secretaria Municipal de Saúde e Bem-Estar Social e outros órgãos da Administração Municipal.

Vale mencionar que o referido imóvel foi incorporado ao patrimônio do Estado por doação feita pelo próprio Município, visando o aproveitamento pela Secretaria de Estado da Fazenda, para instalação de Agência de Rendas que hoje, em função de reestruturação havida, se encontra desativada.

Ainda, é oportuno informar que a Secretaria de Es-

SUPLEMENTACAO DE DESPESA		ANEXO I		PL. 01 R\$ 1,00	
CODIGO	ESPECIFICACAO	NATUREZA I I DA I I DESPESA I	FONTE I ILDRI I	VALOR	I N.D.O I PROC I COP
6500	SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO	I	I I I		I
6502	DIRETORIA GERAL	I	I I I		I
2325	GERENCIAMENTO DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E	I	I I I		I
	PROGRAMATICA DA SEAB	I 4490.52	I 07 I L I	2.800.000	I 1039
TOTAL				2.800.000	I

CANCELAMENTO DE DESPESA		ANEXO I I			FL. 01	
		ANEXO			R\$ 1,00	
CODIGO	ESPECIFICACAO	INATUREZA I	I DA	I PONTE	ILDR	N.DC
		I DESPESA	I	I	I	PROC
						COP
6500	SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO	I	I	I	I	
6502	DIRETORIA GERAL	I	I	I	I	
2325	GERENCIAMENTO DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E PROGRAMATICA DA SEAB	I	I	I	I	
		I 3390.30	I	07	I L I	1.000.000 1039
		I 3390.39	I	07	I L I	1.800.000 1039
TOTAL					I	2.800.000

ADRESCIMO RECEITA CENTRALIZADA		ANEXO I I I			FL. 02	
		ANEXO			R\$ 1,00	
CODIGO	ESPECIFICACAO	I FONTE	I	VALOR	PROCESSO	
1462.01.00	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS COM ORGAOS FEDERAIS	I	07	I	2.800.000	1039
TOTAL					I	2.800.000

REDUCAO RECEITA CENTRALIZADA		ANEXO I V			FL. 02	
		ANEXO			R\$ 1,00	
CODIGO	ESPECIFICACAO	I FONTE	I	VALOR	PROCESSO	
1462.01.00	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS COM ORGAOS FEDERAIS	I	07	I	2.800.000	1039
TOTAL					I	2.800.000

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 094/97

Curitiba, em 20.10.97.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa, anteprojeto de lei que dispõe sobre aprovação de abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 660.000,00 (seiscentos e sessenta mil reais), ao vigente orçamento da Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, aprovado pela Lei Estadual nº 11.652, de 27 de dezembro de 1996, para atender despesas com melhorias na infra-estrutura do Parque Temático - integrante do Projeto Costa Oeste.

Esclareço também que os recursos para cobertura da referida programação são decorrentes de cancelamento de dotação da própria Secretaria.

Certo de poder contar com a atenção dessa Egrégia Assembléia Legislativa, reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) JAIME LERNER
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica aprovado um crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 11.652, de 27 de dezembro de 1996, no valor de R\$ 660.000,00 (seiscentos e sessenta mil reais), conforme Anexo I desta lei.

Art. 2º - Servirá como recurso para cobertura do crédito de que trata o antigo anterior, igual importância proveniente de cancelamento de dotação, conforme Anexo II desta lei.

Art. 3º - Em decorrência do contido nos artigos anteriores, fica alterado o Programa de Obras constante do Anexo V da Lei Estadual nº 11.652, de 27 de dezembro de 1996, conforme Anexo III desta lei.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SUPLEMENTAÇÃO DE DESPESA		ANEXO I		FL. 01 R\$ 1,00		I
ANEXO						I
CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	FONTE ILDR	VALOR	N.º DO PROC COP	I
6900	SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS	I	I	I	I	I
	HIDRICOS	I	I	I	I	I
		I	I	I	I	I
6902	DIRETORIA GERAL	I	I	I	I	I
1150	COSTA OESTE - INFRA-ESTRUTURA	I 4490.51	I 25	I L I	660.000	I 1027
TOTAL				I	660.000	I

CANCELAMENTO DE DESPESA		ANEXO II		FL. 01 R\$ 1,00		I
ANEXO						I
CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	FONTE ILDR	VALOR	N.º DO PROC COP	I
6900	SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS	I	I	I	I	I
	HIDRICOS	I	I	I	I	I
		I	I	I	I	I
6902	DIRETORIA GERAL	I	I	I	I	I
2348	ADMINISTRAÇÃO E EXECUÇÃO DE POLÍTICAS DE MEIO AMBIENTE, I	I	I	I	I	I
	CARTOGRAFICA E AGRARIA FUNDIARIA	I 3390.39	I 25	I L I	660.000	I 1027
TOTAL				I	660.000	I

SUPLEMENTAÇÃO DAS OBRAS		ANEXO III		FL. 02 R\$ 1,00		I
ANEXO						I
CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	FONTE	VALOR	PROCESSO		I
6900	SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS	I	I	I	I	I
	HIDRICOS	I	I	I	I	I
		I	I	I	I	I
6902	DIRETORIA GERAL	I	I	I	I	I
1150	COSTA OESTE - INFRA-ESTRUTURA	I	I	I	I	I
9001	CONSTRUIR O PARQUE TEMATICO E BASES PARA OS JOGOS DA	I	I	I	I	I
	NATUREZA - COSTA OESTE (A)	I 25	I	660.000	I 1027	I
TOTAL		I TES.	I	660.000	I	I
		I O.F.	I	0	I	I

À Diretoria Legislativa.

Mensagem nº 095/97

Curitiba, 20 de outubro de 1997.

Senhor Presidente,

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa, anteprojeto de lei que dispõe sobre aprovação de um ajuste no Programa de Obras constante do Anexo V da Lei Estadual nº 11.652, de 27 de dezembro de 1996, no valor de R\$ 470.000,00 (quatrocentos e setenta mil reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, pertencentes à mesma Lei Estadual, visando dotar de infra-estrutura a rota natural ao litoral do Paraná (Caminhos do Mar), que se inicia na Região Metropolitana de Curitiba (Piraquara) e se estende até Guaraqueçaba, tendo em vista a concentração de Unidades de Conservação existentes ao longo deste trajeto.

Esclareço também que os recursos para cobertura da referida programação são decorrentes de cancelamentos de dotação da própria Secretaria.

Certo de poder contar com a atenção dessa Egrégia Assembléia Legislativa, reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) JAIME LERNER
Governador do Estado.

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica procedido um ajuste no Programa de Obras constante do Anexo V da Lei Estadual nº 11.652, de 27 de dezembro de 1996, no valor de R\$ 470.000,00 (quatrocentos e setenta mil reais), conforme Anexos I e II desta lei.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

I ACRESCIMO		A N E X O I		PL. 01	I
I DAS OBRAS		ANEXO		R\$ 1,00	I
I CODIGO	I	ESPECIFICACAO	I FONTE I	VALOR	I PROCESSO I
I 6900	I	SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS	I I	I	I
I	I	HIDRICOS	I I	I	I
I	I		I I	I	I
I 6902	I	DIRETORIA GERAL	I I	I	I
I 1152	I	EXECUCAO DE PROGRAMAS AMBIENTAIS - SEMA	I I	I	I
I 0005	I	CONSTRUIR EDIFICACOES/PARQUE PARA O ROTEIRO DOS	I I	I	I
I	I	CAMINHOS DO MAR (A)	I 25 I	470.000	I 1053 I
T O T A L			I TES. I	470.000	I
			I O.F. I	0	I

I REDUCAO		A N E X O I I		PL. 01	I
I DAS OBRAS		ANEXO		R\$ 1,00	I
I CODIGO	I	ESPECIFICACAO	I FONTE I	VALOR	I PROCESSO I
I 6900	I	SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS	I I	I	I
I	I	HIDRICOS	I I	I	I
I	I		I I	I	I
I 6902	I	DIRETORIA GERAL	I I	I	I
I 1152	I	EXECUCAO DE PROGRAMAS AMBIENTAIS - SEMA	I I	I	I
I 0002	I	CONSTRUIR O PORTAL NA BR 116 - DIVISA PR/SP (A)	I 25 I	470.000	I 1053 I
T O T A L			I TES. I	470.000	I
			I O.F. I	0	I

À Diretoria Legislativa.

OFÍCIOS:

Ofício nº 485/95

Curitiba, 20 de outubro de 1.997.

Senhor Presidente.

Tendo como objetivo o atendimento aos investimentos em infra-estrutura, incluindo-se as contrapartidas decorrentes de operações junto a organismos financeiros internacionais, bem como a geração de empregos no Estado, conforme preceitua a Lei Estadual nº 11.253, de 21 de dezembro de 1995, informo que pretendo dar continuidade à estratégia estabelecida para o processo de alienação de ações da COPEL, prevendo-se para o momento a venda de 4.000.000.000 (quatro bilhões) de ações preferenciais nominativas classe "B", de propriedade do Estado.

Em consonância com a citada Lei, acionarei o Banco do Estado S.A. Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários, buscando efetivar a referida venda sob o regime mais vantajoso no momento e na quantidade pretendida, que aliás possibilitará recursos na ordem de R\$ 60 milhões.

Para tanto, será adotada a modalidade tipo "melhores esforços", o que significa o desempenho da Coordenadora com o objetivo de vender as ações pelo melhor preço, de forma gradual e paulatina, para não provocar uma inevitável queda nas cotações.

Tendo em vista o estabelecido no parágrafo 4º do artigo 1º da mencionada Lei, permito-me solicitar a Vossa Excelência informar aos Srs. Membros da Comissão designada com a finalidade de acompanhar as operações de venda das ações da COPEL, do início da referida operação, cujas vendas, dependendo das condições de mercado em bolsa de valores, serão iniciadas em 21.10.97.

Outrossim, informo que posteriormente a realização da referida operação, enviarei relatório prestando as informações sobre as negociações efetuadas, de forma a

subsidiar os cabíveis esclarecimentos àquela Comissão, no intuito de tornar transparente a atuação do Poder Executivo no assunto em pauta.

Atenciosamente,

Sala das Sessões, em 28.10.97.

(a) GIOVANI GIONÉDIS.

Secretário de Estado da Fazenda.

Sob os nºs 211 a 216/97, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver sancionado os Projetos de Lei nºs:

010/97: De autoria do Deputado Edno Guimarães que, declara de Utilidade Pública, o Projeto Esperança, com sede e foro no Município de Alvorada do Sul, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.857. **Anote-se - Arquivo-se.**

409/97: De autoria do Deputado Ricardo Chab que, declara de Utilidade Pública o SINDARSPEN - Sindicato dos Agentes do Sistema Penitenciário do Estado do Paraná, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.858. **Anote-se - Arquivo-se.**

381/97: do Poder Executivo que, autoriza o Poder Executivo a ceder à Escola Maternal Annette Macedo, o imóvel que especifica, situado nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.859. **Anote-se - Arquivo-se.**

407/97: Do Poder Executivo que, autoriza o Poder Executivo a ceder à Associação das Crianças e Adolescentes de Paranaguá, parte do imóvel que especifica, situado no Município de Paranaguá, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.860. **Anote-se - Arquivo-se.**

503/97: Do Poder Executivo que, autoriza abertura de créditos suplementares nos valores que especifica, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.861. **Anote-se -**

Arquive-se.

322/97: De autoria do Deputado Hidekazu Takayama que, concede o Título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Sr. Ney Amintas de Barros Braga, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.862. **Anote-se - Arquive-se.**

Projetos de Lei:**PROJETO DE LEI Nº 609/97**

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica criada, no Gabinete do Secretário de Segurança Pública, a Ouvidoria da Polícia do Estado do Paraná.

Art. 2º - A Ouvidoria da Polícia tem as seguintes atribuições:

I - Receber:

a) denúncias, reclamações e representações sobre atos arbitrários, desonestos, indecorosos ou que violem os direitos humanos individuais ou coletivos praticados por servidores civis e militares de todos os órgãos que compõem a Secretaria de Segurança Pública;

b) sugestões sobre o funcionamento dos serviços policiais;

c) sugestões de servidores civis e militares da Secretaria de Segurança Pública sobre o funcionamento dos serviços policiais, bem como denúncias a respeito de atos irregulares praticados na execução desses serviços, inclusive por superiores hierárquicos;

II - Verificar a pertinência das denúncias, reclamações e representações, propondo aos órgãos competentes da Administração a instauração de sindicâncias, inquéritos e outras medidas destinadas à apuração das responsabilidades administrativa, civil e criminal, fazendo ao Ministério Público a devida comunicação, quando houver o indício ou suspeita de crime;

III - propor ao Secretário da Segurança Pública:

a) a adoção das providências que entender pertinentes, necessárias ao aperfeiçoamento dos serviços prestados à população pela Polícia Civil, pela Polícia Militar e por outros órgãos da Pasta.

b) a realização de pesquisas, seminários e cursos versando assuntos de interesse da segurança pública e sobre temas ligados aos direitos humanos, divulgando os resultados desses eventos;

IV - organizar e manter atualizados o arquivo da documentação relativo às denúncias, às reclamações, às representações e às sugestões recebidas;

V - elaborar e publicar, trimestral e anualmente, relatório de suas atividades;

VI - requisitar diretamente, de qualquer órgão estadual, informações, certidões, cópias de documentos ou volumes de autos relacionados com investigações em curso, sem o pagamento de quaisquer taxas, custas ou emolumentos;

VII - dar conhecimento, sempre que solicitado, das denúncias, reclamações e representações recebidas pela Ouvidoria ao Governador do Estado, ao Secretário da Segurança Pública e aos membros do Conselho Consultivo.

§ 1º - Quando solicitada, a Ouvidoria manterá sigilo sobre denúncias e reclamações que receber, bem como de sua fonte, assegurando a proteção dos denunciados.

§ 2º - A Ouvidoria da Polícia manterá serviço telefônico gratuito, destinado a receber as denúncias e reclamações, garantindo o sigilo da fonte de informação.

§ 3º - A Ouvidoria encaminhará às Comissões de Segurança Pública e de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa, anualmente, cópia do relatório mencionado no inciso V deste artigo;

Artigo 3º - A Ouvidoria da Polícia será dirigida por um Ouvidor, autônomo e independente, nomeado pelo Governador por um período de 02 (dois) anos, entre os integrantes da lista tríplice elaborada pelo Conselho Estadual de Direitos Humanos e Cidadania.

§ 1º - O Ouvidor da Polícia poderá ser reconduzido uma única vez.

§ 2º - O cargo de Ouvidor será exercido em jornada completa de trabalho, vedada qualquer outra atividade remunerada, com exceção do magistério.

§ 3º - O Ouvidor da Polícia não poderá integrar órgãos deliberativos, diretivos ou consultivos de entidades públicas ou privadas, nem ter qualquer vínculo com a Polícia Civil ou com a Polícia Militar.

Artigo 4º - A Ouvidoria da Polícia compreende:

I - Conselho Consultivo;

II - Grupo de Apoio Técnico;

III - Grupo de Apoio Administrativo.

§ 1º - O Ouvidor da Polícia será substituído, nos seus impedimentos, por um Assessor da Ouvidoria escolhido pelo Conselho Consultivo.

§ 2º - A estrutura e as atribuições do Grupo de Apoio Técnico e do Grupo de Apoio Administrativo serão definidas por decreto.

Art. 5º - O Conselho da Ouvidoria da Polícia do Estado do Paraná será composto de 11 (onze) membros, incluindo na qualidade de membro nato o Ouvidor da Polícia, que presidirá o colegiado.

§ 1º - Os demais membros do Conselho serão designados pelo Secretário da Segurança Pública, entre pessoas indicadas por entidades representativas da sociedade paranaense, para um mandato de 02 (dois) anos, admitida uma recondução por igual período.

§ 2º - Os membros de que trata o parágrafo anterior poderão ser destituídos, a qualquer tempo, mediante decisão fundamentada do Secretário da Segurança Pública, desde que ouvidas as entidades acima referidas.

§ 3º - As normas de funcionamento do Conselho Consultivo serão estabelecidas em Regimento Interno.

§ 4º - As funções de membro do Conselho não serão remuneradas, sendo, porém, consideradas de serviço público relevante.

Artigo 6º - Ficam criados, na estrutura da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Paraná os cargos adiante mencionados, destinados à Ouvidoria da Polícia:

I - 01 (um) cargo de Ouvidor da Polícia, referência DAS-2;

II - 05 (cinco) cargos de Assessor de Ouvidoria da Polícia, referência C-1;

Parágrafo Único - Os cargos em Comissão referidos no inciso II serão preenchidos mediante designação e nomeação do Secretário da Segurança Pública, precedida da indicação do Ouvidor.

Artigo 7º - Para provimento dos cargos criados pelo artigo anterior, exigir-se-á:

I - para o de Ouvidor da Polícia:

a) estar no gozo de seus direitos políticos;

b) ter, no mínimo, 35 (trinta e cinco) anos de idade; quando da investidura.

II - para os de Assessor de Ouvidoria:

a) possuir diploma de nível superior ou habilitação legal correspondente, compatíveis com as atividades a serem desempenhadas.

Artigo 8º - Os atos oficiais da Ouvidoria da Polícia serão publicados no Diário Oficial do Estado, no espaço reservado a Secretaria da Segurança Pública.

Artigo 9º - As despesas resultantes da aplicação deste projeto de lei correrão a conta das dotações próprias do orçamento vigente.

Artigo 10 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.10.97.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI.

PROJETO DE LEI Nº 610/97

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar, o Imóvel localizado à Av. Brasil, Lote 09, Quadra nº 20, ao Município de Santo Antonio do Sudoeste.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.10.97.

(a) ADEMAR TRAIANO.

JUSTIFICATIVA:

A presente proposta de lei, pretende a doação de um Imóvel, o qual pertencia ao Município de Santo Antonio do Sudoeste, foi doado ao Estado, e que agora solicita-se a volta a seu antigo proprietário.

Tal solicitação justifica-se uma vez que o imóvel pertencia ao Município acima citado, e foi doado ao Estado, mas atualmente encontra-se em estado de abandono, e como a Prefeitura Municipal possui vários órgãos trabalhando em prédios alugados, por isso solicita-se ao Governo do Estado que o imóvel seja devolvido ao Município.

Assim sendo, tendo em vista a urgente necessidade, esperamos o apoio dos nobres Pares, e do Senhor Governador de Estado, para que o terreno e o edifício sejam reintegrados ao patrimônio do Município.

PROJETO DE LEI Nº 611/97

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o Combate Barreirinha Futebol Clube, com foro e sede no Município de Curitiba - PR.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.10.97.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

JUSTIFICATIVA:

O Combate Barreirinha Futebol Clube, fundado em 08 de maio de 1945, nesta Cidade de Curitiba, onde tem sua sede, é uma sociedade civil composta de número ilimitado de sócios e sem distinção de nacionalidade, culto e sexo. Tem por fim proporcionar a difusão do civismo e da cultura física, principalmente o futebol amador, podendo ainda, realizar reuniões e divertimentos de caráter social e cultural.

O Combate Barreirinha localiza-se em tradicional bairro da Capital, tendo participação atuante e muito importante junto à comunidade local, contribuindo para as obras sociais em conjunto com a Igreja e a Associação de Moradores. Em suas atividades desportivas e culturais, seus eventos são organizados pelos sócios e familiares. Portanto, trata-se de um Clube onde todos participam, sendo-lhes proporcionado divertimento e lazer saudáveis.

Diante do exposto e conforme a documentação que em anexo encaminhamos, o presente plano de lei atende os requisitos exigidos pela lei que disciplina a matéria, razão pela qual solicitamos o apoio dos nobres Pares com assento nesta colenda Casa de Leis para a sua aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 612/97

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres Pio XII da Escola Estadual Zuleide Samways Portes Ensino de 1º Grau, com sede e foro na Cidade de Maringá, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.10.97.

(a) DUÍLIO GENARI

JUSTIFICATIVA:

Com estatutos devidamente registrados no Cartório Civil de Pessoas Jurídicas da Comarca de Maringá, sob nº

6215 em data de 12 de julho de 1996, a Associação de Pais e Mestres Pio XII da Escola Estadual Zuleide Samways Portes Ensino de 1º Grau, com CGC/MF de nº 77.661833/0001-28, é uma entidade que congrega pais, alunos, professores e funcionários num trabalho conjunto em benefício da escola, com atividades das mais diversas que visam a melhoria física e educacional deste estabelecimento de ensino.

PROJETO DE LEI Nº 613/97

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Idosos Unidos de Capanema, CGC nº 01806648/0001-12 com sede e foro em Capanema, sito à Rua Otávio Francisco de Mattos s/nº.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.10.97.

(a) CARLOS SIMÕES

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Idosos Unidos de Capanema, que propomos seja declarada de Utilidade Pública, conta com aproximadamente 300 (trezentos) associados, cuja finalidade é promover e desenvolver programas, sem fins lucrativos, tudo voltado para o lazer e integração das pessoas da 3ª idade daquela cidade, que muito contribuíram e ainda contribuem do progresso e desenvolvimento daquele município.

A instituição é pessoa jurídica de direitos privados, sem fins lucrativos e está registrada com CGC nº 01806648/0001-12, devidamente registrada no Cartório de Títulos da nominada Comarca, sob nº 0213, livro A/03 - 16/04/97.

Outrossim, a associação em tela, além de desenvolver as atividades pertinentes à finalidade para qual foi criada, promove programas de integração do idoso à comunidade como um todo, visando evitar segregação entre faixas etárias, cujos trabalhos e resultados positivos têm recebido aplausos de toda comunidade de Capanema.

Ante o exposto, encaminhamos o presente projeto de lei à apreciação desta Casa de Leis, pois uma vez acatada nossa proposição, a instituição em apreço poderá se habilitar em busca de recursos para construção de sua sede própria e demais benefícios em prol daqueles que muito fizeram pelo progresso de sua Cidade, Estado e Nação e que sem dúvidas merecem a atenção e reconhecimento de todos.

PROJETO DE LEI Nº 614/97

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica concedido o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná, ao Senhor Reinold Stephanes, tendo em vista os relevantes serviços prestados à população e ao Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 28.10.97.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

O reconhecimento as boas ações, aos bons procedimentos, bem como as realizações importantes praticadas, tanto no campo material, como no das letras, por um cidadão, e dirigidas em benefício das pessoas e consequentemente da sociedade, merece o aplauso e o reconhecimento ao mesmo pela comunidade através de sua representação oficial - Assembléia Legislativa Estadual. No presente caso focalizamos a pessoa do Senhor Reinhold Stephanes, que nasceu em Porto União da Vitória, em Santa Catarina, viveu e vive e reside em Curitiba. Assim, sobre o mesmo, focalizamos o seguinte:

Formação acadêmica: Economia UFPR - Curitiba (1963); Administração e Desenvolvimento Municipal, República Federal da Alemanha (1966); Problemas de Desenvolvimento Econômico - Cepal/ONU (1963), Estágio em Administração Financeira e Técnica de Auditoria EUA (1968).

Cargos públicos: Secretário Municipal da Fazenda, Curitiba - PR (1966-1967); Diretor do INCRA (1970-1973); Presidente do INPS (1974-1978); Secretário de Agricultura - Paraná (1979-1982); Ministro da Previdência Social (janeiro a outubro 1992); e Ministro da Previdência e Assistência Social, nomeado em janeiro 1995.

Mandatos eletivos: Deputado Federal - 1979-1983; 1983-1987; 1991-1994 e 1995-1998 - Paraná.

Principais atividades Parlamentares: Presidente da Comissão de Previdência e Assistência Social (1984-1985); Presidente da Comissão de Economia, Indústria e Comércio (1991) e Presidente da Comissão de Finanças e Tributação (1994).

Obras publicadas: Notas sobre a Agricultura Brasileira, Brasília (1973); Política Social e Previdência Social no Brasil, Rio de Janeiro (1977); Previdência Social e Distribuição de Renda, Rio de Janeiro (1978); Previdência Social: Um Problema Gerencial, (1985) e Previdência Social, Uma Solução Gerencial e Estrutural (1993).

Outras informações: Paraná - Supervisor de Planejamento Econômico e Social - Prefeitura de Curitiba (1965), e Professor - Universidade Católica do Paraná (1966-1967). Ministério da Agricultura - Inspetor Geral de Finanças (1967-1970); e Subsecretário de Planejamento e Orçamento; e Secretário - Geral Substituto (1970-1973), Ministro da Educação - Conselheiro do Fundo Nacional de Desenvolvimento Educacional e Secretário de Apoio (1979), Professor de Finanças Públicas no Centro de Ensino Unificado de Brasília - CEUB (1970), Presidente da Sociedade Brasileira de Economistas Rurais (1981-1983).

Desse modo, vemos que o Senhor Reinhold Stephanes, hoje Ministro da Previdência e Assistência Social exerceu vários cargos públicos, de relevância, foi eleito Deputado Federal por quatro (04) legislaturas, desempenhou e dirigiu na Câmara Federal várias atividades Parlamentares.

Também no campo das letras foi autor de várias obras, todas técnicas, versando sobre a Agricultura Brasileira, Previdência Social, Distribuição de Rendas. Todavia, mais se ateuve sobre o problema da Previdência Social do Brasil, com as obras, Política Social e Previdência Social no Brasil - Rio de Janeiro 1977; Previdência Social e Distribuição de Renda - Rio de Janeiro 1978; Previdência Social - Um Problema Gerencial, 1985 e Previdência Social - Uma Solução Gerencial e Estrutural 1993, que em muito contribuíram para o verdadeiro conhecimento dos temas ali abordados.

Assim sendo, verificamos que o atual Ministro Reinhold Stephanes exerceu várias atividades, em diversos setores, sempre demonstrando um alto espírito criativo aliado a uma elevada capacidade intelectual, positivando tal afirmação através das obras de caráter altamente técnico que escreveu.

Desse modo, pela trajetória criativa que encetou em sua vida, bem como, pelas realizações que empreendeu em prol da comunidade local e nacional, nada mais justo que a população do Estado do Paraná, em particular, através de seu órgão de representação política a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná lhe outorgue a Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná, que tornou-se merecedor por tudo que já realizou e pelo elevado grau de profissionalismo demonstrado.

É a justificativa.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - É com satisfação que esta Presidência anuncia em nosso meio, a

presença do ex-Deputado Valtér Pietrângelo, acompanhado pela Elisabete e Eliane de Oliveira, de Maringá.

Ata lida e aprovada.

Finda a leitura do Expediente. É com satisfação que esta Presidência anuncia a todos os Senhores Parlamentares que no dia de hoje o nosso ilustre amigo, Deputado Durval Amaral, comemora o seu trigésimo oitavo ano de existência e convida os Senhores Parlamentares, logo após a reunião a um encontro no seu gabinete, e ali, posteriormente, um jantar que vai oferecer também ao comitê de imprensa presente.

Concedo a palavra ao ilustre Deputado Luiz Claudio Romanelli.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Quero em primeiro lugar agradecer a gentileza do Deputado Valdir Rossoni, que me trouxe até esta tribuna, mesmo sabendo que dois fatos graves me fazem usar esta tribuna hoje. O primeiro, os Srs. devem ter tomado conhecimento, hoje, é a forma com que o Governo Jaime Lerner escolheu para premiar, para presentear, o servidor público no seu dia, que foi no mesmo momento em que o Governo senta à Mesa com o fórum das entidades sindicais dos servidores públicos para discutir, negociar, as causas que são justas, da mesma forma que ele sentou à Mesa "a sorrelfa", ele encaminhou uma ação direta e inconstitucional junto ao Supremo Tribunal Federal, que é uma ADI, mais conhecida como ADI essa ação direta, em que a requerência e o Governador do Estado do Paraná, em requerido.

Naturalmente que era o Governador que havia assinado a Lei anterior e a própria Constituição do Estado e a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, porque esta Casa de Leis, tanto promulgou a Constituição do Estado, como também aprovou um Projeto de Lei que se tornou a Lei nº 10.219/92.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, vejam a gravidade com que o Governo está arguindo como inconstitucional. O Governo, na verdade, primeiro, não quer contar como tempo de serviço para os servidores que eram celetistas os tempos prestados como serviço à União e aos municípios. E no Artigo 70, Senhor Presidente, Senhores Deputados, o Governo, simplesmente, quer fazer letra morta, quer extinguir, o fato concreto que temos que os Três Poderes, inclusive, não só o Executivo, mas o Judiciário e o Legislativo, e o Ministério Público que não é poder, mas se comporta como tal, também já tomou, que é de ter transferido os servidores da administração direta e das autarquias, e das fundações, os empregos celetista foram transformados em cargos públicos, transformando esses servidores em estáveis e transferindo-os para o Regime Único que prevalece hoje no Estado do Paraná.

Este, na verdade, Srs. Deputados, é o primeiro passo. Declarar inconstitucionalidade para quê? Perdida a estabilidade, os servidores possam ser demitidos em massa pelo Governo do Estado do Paraná. Fato extremamente grave este, feito, na verdade, na calada da noite, e foi só graças, na verdade, aquilo que muitos questionam até, que é a globalização, que conseguimos via internet ter acesso a esta informação, porque este governo segue a máxima de que o que é bom a gente divulga e o que é ruim a gente esconde. Não é possível que possamos assistir isso aqui, mas, é claro agora a mobilização dos servidores, desta Casa e todas aquelas forças vivas saberão naturalmente se contrapor a este fato que é da maior gravidade.

E, Senhor Presidente e Senhores Deputados, embora ache que esta questão aqui seja a mais forte, não poderia deixar de ler, porque se eu pedir a transcrição certamente o Deputado Valdir Rossoni não vai me permitir, então gostaria de ler a coluna deste grande articulista, deste jornalista extraordinário que dá lições diárias da ética que deve presidir as relações na nossa sociedade, que é o Luiz Geraldo Mazza.

O Luiz Geraldo Mazza traz hoje na "Folha de Londrina", na página 2 do dia 28.10.97, um artigo que tem o seguinte título: "Maquiador da Economia". (Lê o artigo):

"O Governador Jaime Lerner já foi chamado de "maquiador de cidades" por seus adversários e corre o risco

agora, em função da nova etapa de industrialização já deflagrada, de ser apontado como um "maquiador da economia". Ocorre que os números de empregos diretos e indiretos, como decorrência do processo, parecem altamente questionáveis.

Como o hábito do "chute" não abandona nem as pessoas tidas como sérias (dá para lembrar a taxa pré-fixada de inflação do bruxo Delfim, hoje transformado em crítico de uma economia que ajudou a demolir), ninguém se debruçou sobre aquela absurda indicação do próprio Lerner de que teríamos mais de 300 mil empregos. Ora, o país inteiro está festejando o fato de haver criado, este ano, de janeiro a agosto, 318.422 empregos formais, o que é uma contestação aos pregoeiros da sinistrose, ainda mais se considerarmos que hoje quase metade da população economicamente ativa, atuando no mercado, não tem carteira assinada.

O indicador é suficiente para mostrar o quanto o governo estadual "surfa na maionese" ao sugerir hipótese de pleno emprego, quando a tendência dominante é a da precarização do trabalho em função da automação e robotização.

Citei, dias atrás, o caso da VOLVO para mostrar o mimetismo, a falsificação que há nessas prospecções. Essa empresa, no momento em que inaugurava a sua unidade de cabines, anunciou o investimento de US\$ 400 milhões que criaria 150 empregos diretos e 600 indiretos. No ano passado, ela demitiu 300 funcionários fixos de seus quadros, entre diretores e corpo gerencial, mais 100 servidores administrativos e operários. Obviamente vai ocorrer, pelo menos parcialmente, a reposição dos demitidos, agora contratados a salários mais baixos, e muitos dos 600 indiretos serão gerados em outros pontos do território, em São Paulo e até mesmo na Suécia. Uma dança, portanto, de empregos, característica marcante da globalização. A fabricação de cabines, o maior investimento, não passou de R\$ 50 milhões, 12,5% dos US\$ 400 milhões anunciados.

Ninguém é contra essa mudança drástica no perfil da economia paranaense, mas não devemos, de forma alguma, criar expectativas falsas de retorno bem como não fazer os cálculos devidos quanto aos resultados da renúncia fiscal, hoje generalizada não apenas no empreendimento-matriz, mas em toda a chamada malha produtiva.

Dos 20 mil empregos indiretos, criados pelas três montadoras, boa parte deles não será gerado no Paraná, isso sem contar que dos 4 mil diretos, muitos virão do exterior, de São Paulo e de outros pontos do país. Vamos calcular melhor na perspectiva do custo-benefício os ganhos e perdas desse novo ciclo."

Por isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, transcrito está o brilhante artigo que é da coluna, da lavra do Luiz Geraldo Mazza, porque de forma muito clara e objetiva a análise que ele faz é aquela que estamos quase que diariamente repetindo porque não é possível se ficar vendendo o imaginário para a população, como se propaganda enchesse a barriga de alguém. Acho que esta Casa tem o dever sim de ter uma reflexão muito séria sobre o que está acontecendo e sobre como é gasto o dinheiro do povo paranaense, porque certamente não seremos perdoados se nos omitirmos.

Muito obrigado, Senhor Presidente, pela generosidade e Senhores Deputados pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Antes de passar ao próximo orador inscrito, convido o ilustre vice-Presidente, Luiz Claudio Romanelli, a assumir os trabalhos desta Sessão.

(Assume a Presidência o Sr. Luiz Claudio Romanelli).

O SR. PRESIDENTE (Luiz Claudio Romanelli) - Concedo a palavra, pela ordem de inscrição, ao Deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Na última sexta-feira no vizinho Município de Castro, S. Exa., o Governador Jaime Lerner, conjuntamente com o

Secretário do Meio Ambiente, Hitoschi Nakamura, com o Chefe da Casa Civil e com outras autoridades representativas do Governo do Estado, ligadas ao meio ambiente e ao turismo, abriram o Segundo Encontro do Eco-Turismo da Região dos Campos Gerais, região esta que se resumia, tão somente, na nossa querida Vila Velha e agora com o pacote turístico, aonde a visão pela qual realmente se vende o Paraná, não a nível nacional, mas a nível internacional, verificamos que naquela oportunidade, o enxergar longe e a dar uma nova visão, fazendo com que o turismo e o eco-turismo fosse associada, tivemos hoje realmente a condição pela qual a nossa cidade e a nossa região terão a oportunidade de ter um intercâmbio internacional, não tão somente com o nosso MERCOSUL, aonde é filé-mignon desse eco-turismo, mas também com outras comunidades da América do Norte e principalmente da comunidade européia. Verificamos no dia seguinte, sábado, a presença já de alemães, de holandeses, de japoneses, enfim, de todo o mundo interessado a conhecer o Canion de Quartelá.

Queremos nesta oportunidade, além de convidar os ilustres Parlamentares para que conheçam realmente este pacote turístico que vai passar da nossa Vila Velha, vai se estender as outras belezas naturais da nossa cidade, vai chegar no vizinho Município de Castro, vai estender-se a nossa Tibagi, e a outras Regiões dos Campos Gerais, teremos a oportunidade de oferecer aos Senhores Deputados o conhecimento daquilo que realmente estava escondido e, que agora, depois de vários anos iniciada essa peregrinação desse parque, pelo nosso companheiro Esidro Guedes de Castro tivemos o coroamento do êxito desse trabalho, agora nessa última semana.

Estamos ocupando, Sr. Presidente, Srs. Deputados, este instante neste Pequeno Expediente, para além de cumprimentar o Sistema de Eco Turismo, que é realmente o turismo do momento, desejar que o Governador seja sensibilizado pela palavra do Prefeito de Tibagi, Homero Campos, que naquela oportunidade falava em nome dos quinze senhores prefeitos, traduzindo a ansiedade, a dificuldade, principalmente o meio pelo qual não poderão aquelas prefeituras cumprir com o que é mais sagrado com o servidor público, que é o seu 13º salário.

Falava o Presidente da Associação dos Campos Gerais que o Governador teria que achar um meio pelo qual pudesse aqueles municípios dos Campos Gerais terem a oportunidade de uma forma que fosse realmente, dentro da lei e da legalidade pagar o 13º dos seus funcionários.

Assim, é que, Sr. Presidente, Srs. Deputados, estamos fazendo um requerimento no seguinte teor: o Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer que seja, após ouvido o Plenário, enviado ao Secretário de Estado da Fazenda, Giovane Gionédís e ao Ministro Pedro Mallan, solicitando recursos para que os prefeitos do Paraná possam, não só a minha região, dos Campos Gerais, mas de todo o Estado efetuar o pagamento do 13º salário do funcionalismo municipal. Segundo o Presidente da Associação dos Municípios do Paraná, não tão somente o Presidente da Associação dos Campos Gerais, apenas 10% dos municípios de todo o nosso Estado terão condições de pagar o 13º salário em dia esse ano. Na nossa região apenas três municípios poderão saldar esses compromissos trabalhistas.

Uma das alternativas que esse Deputado oferece seria a liberação dos recursos do Fundo de Compensação, prometido pelo Governo Federal, quando foi aprovada prorrogação do Fundo de Estabilização Financeira, debatido nesta Casa, criticado por nós todos, mas que infelizmente o Governo Federal, pela sua maioria no Congresso teve aprovada, reduzindo drasticamente a receita de todos os municípios brasileiros e também os municípios do Paraná.

Por isso, o FEF vem reduzindo todos os repasses federais, fazendo com que os municípios estejam quase à beira da falência.

A grande maioria dos funcionários faz planos não só com os compromissos já assumidos, mas também com os da sua família na época pré-natalina, e esse 13º salário de dezembro é realmente um compromisso financeiro, e um objetivo social de todos os senhores prefeitos.

Sabedores que somos, prefeitos que assumiram esse ano, sem ter em mãos um orçamento por si analisados e, principalmente, colocados em seus planos administrativos, tenham as dificuldades que são inerentes e quase que totalmente com falta de serem cumpridas.

O Sr. Júlio Ando - Vossa Excelência me concede um aparte?

(Assentimento)

Muito obrigado pelo aparte, Deputado Zuk.

Quero também me somar a sua manifestação desta tribuna, quando se refere a recente inauguração de Quartelá.

Acredito que os demais Pares desta Casa deveriam ter, em toda a maioria a plena consciência da grandeza desse projeto, recém inaugurado, que veio estabelecer uma região amplamente adequada ao Eco Turismo, e me somo também, neste momento, encaminhando a nossa manifestação favorável ao Governador Jaime Lerner que tem feito um trabalho, em todo o Estado do Paraná, com referencial ao turismo e também enaltecer o trabalho da Secretaria de Meio Ambiente, na pessoa do Secretário Hitoschi Nakamura.

Por isso, Deputado Zuk, nesse momento gostaria de fazer este destaque como um dos projetos mais importantes do eco turismo, no Estado do Paraná. É lógico que aproveitando um dos maiores canyons do mundo, é o 5º maior do mundo, e hoje o Paraná sabiamente aproveita este potencial turístico.

Muito obrigado.

O Sr. Orlando Pessuti - Concede um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Deputado Zuk, quero cumprimentar V. Exa. pelo pronunciamento que faz da tribuna e quero dividir meu aparte em três questões.

A primeira delas com referência a solicitação ao Governo Federal, ao Secretário Giovane Gionédís também, no sentido da viabilização de recursos para o pagamento do 13º salário às prefeituras municipais.

Me recordo, já que tenho participado de diversas reuniões organizadas pelo nosso companheiro Toti Colaço, Presidente do Bloco Municipalista, inclusive a última delas que tive o privilégio de participar foi de uma reunião que tivemos em Belo Horizonte, com Deputados estaduais, líderes do PMDB, quando o Deputado Toti Colaço foi convidado a falar da experiência desenvolvida no Estado do Paraná, na questão do municipalismo e na questão do Bloco Municipalista.

Então estivemos lá, acompanhando, como líder do PMDB, esta reunião e o Deputado Toti fez uma ampla explanação sobre o trabalho que desenvolvíamos aqui, no Estado do Paraná, em termos de Assembleia Legislativa com o Bloco Municipalista, e me lembro de considerações que fez, naquela ocasião, o Deputado Toti Colaço, e outras que já fez aqui na Assembleia, do trabalho que vem sendo desenvolvido por alguns Parlamentares. E destacaria aqui o Deputado Basílio Villani, me parece do PSDB, no sentido que o Governo Federal institua a 13ª parcela do FPM. Hoje sabemos que existe a liberação de 12 parcelas, evidentemente subdivididas, mês-a-mês, no dia 10, dia 20, dia 30, mas são 12 meses de repasse. E existe a proposta que venha a ser instituída também a 13ª parcela o 13º FPM, para que os municípios tivessem condições de honrar, na época oportuna, o pagamento de seus funcionários públicos, em termos de 13º salário.

A segunda questão que eu gostaria que V.Exa. nos ajudasse era conseguir uma cópia, se possível, dos termos do convênio firmado pelo Governo do Estado do Paraná, com o Município de Cândido de Abreu, se não me falha a memória, no que diz respeito à recuperação paisagística e implantação de melhorias na comunidade de Tereza Cristina, mais conhecida como Colônia Tereza Cristina. V.Exa. tem conhecimento que nós estamos atuando em favor daquela comunidade, há muitos anos. Inclusive quando se votou, aqui na Assembleia, a Constituição Estadual, em que se colocou um dispositivo em favor de Colônia Cecília, existente no Município de Palmeira, nós, naquela oportu-

nidade tentamos também colocar um dispositivo, porém não foi possível, naquela oportunidade, mas, mesmo assim continuamos a nossa luta, no sentido de resgatar a importância histórico-social daquela comunidade, já que Tereza Cristina representa a segunda colonização européia, no Estado do Paraná. A primeira colonização que tivemos, de europeus, é a colonização bucovina, aqui de Rio Negro, no Estado do Paraná. E a segunda colonização de europeus que tivemos é a colonização de Tereza Cristina com os franceses, liderados pelo Dr. Jean Maurice Faivre.

Temos procurado resgatar esta história, através de livros que são escritos por diversas pessoas, se não me falha a memória por Josué Fernandes, residente em Ponta Grossa, Professor Arthur Bortemis, nascido lá bem próximo de Tereza Cristina.

E nós, há uns dois anos, estamos desenvolvendo um trabalho junto à Secretaria de Cultura, com o Dr. Eduardo Virmond, e junto ao Secretário Hitoschi Nakamura, no sentido de que possamos resgatar a história daquela comunidade e dar a ela uma nova configuração paisagística, inclusive erigir naquela comunidade um monumento alusivo aos 150 anos da morte do fundador da Comunidade da Colônia Tereza Cristina, Jean Maurice Faivre.

Segundo nos conta através de reportagens no Jornal "O Estado do Paraná" deste final de semana o Governador firmou um convênio para proceder a tudo isso que nós estamos reivindicando há muito tempo. Então gostaríamos de conhecer os termos deste acordo firmado com o Município de Cândido de Abreu. E finalmente dizer a V.Exa. que nos causou uma certa preocupação, quando o Deputado Júlio Ando em aparte disse que o Governador inaugurou o Quartelá do Iapó, inaugurou o Canion existente nos Municípios de Castro e Tibagi. Isso nos causa uma certa preocupação, porque ao que nos parece aquilo já foi construído e inaugurado pelo Criador há milhares e milhares de anos. Talvez fosse melhor explicado por V.Exa. o que de fato aconteceu lá, porque eu quero crer que o Governador não foi àquela região para inaugurar o Canion do Quartelá ou o Parque do Iapó, coisa parecida me parece que ele foi lá propor a implantação de algumas obras naquela região, embora até o "Jornal o Estado do Paraná", deu também a impressão de que ele tivesse ido lá para inaugurar o Canion, e o Deputado Júlio Ando no Aparte, eu entendi que ele disse também que foi lá para inaugurar o Canion do Quartelá.

Então, gostaria que V.Exa. que esteve lá pudesse esclarecer a nós o que de fato e verdadeiramente aconteceu na ida do Governador àquela região.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK - Antes de conceder um aparte ao Deputado Plauto e ao Deputado Toti Colaço, devolvo a palavra ao 1º aparteante, Deputado Júlio Ando.

Antes porém, gostaria de dizer que o nosso ilustre Deputado disse que o Governador lá esteve inaugurando as obras que foram totalmente assentadas naquele Canion, eu calculo que o pensamento do ilustre Deputado fosse, e realmente inaugurando uma nova fase de divulgação. Acredito que assim foi o pensamento do ilustre Deputado, mas gostaria de dizer que esse trabalho deste Parque, iniciado pelo Guedes, assessorado pela grande imprensa do Paraná e por todos os veículos que realmente reclamavam de uma atenção melhor à nossa Vila Velha e reclamam até hoje, como nós também estamos esperando aquelas benfeitorias a serem ali assentadas pelo ilustre Secretário de Turismo e Esporte, Dr. Osvaldo, que realmente terá a oportunidade de indumentar aquele Parque. Todas as Redes de Televisão, principalmente o Grupo Paulo Pimentel, o Grupo Dr. Francisco Cunha Pereira, a Bandeirantes, a CBN, todos enfim lá estiveram. A grande Imprensa do Paraná e toda ela esteve divulgando esse novo acontecimento que é um acontecimento a nível nacional, de um oferecimento internacional desse ecoturismo. E nós teremos no futuro realmente bastante vantagens ao nosso Estado e a nossa Nação.

Com referência a Tereza Cristina, tenha certeza ilustre Deputado, que a sua pessoa, pelo trabalho que já vem sendo feito há vários anos, se somando aos esforços do ilustre Deputado Edson da Silva Lino, comigo, todos os demais Deputados que têm a oportunidade da tran-

sitabilidade hoje no Governo do Estado, oferecermos ao Prefeito Richard Gobbo, o numerário suficiente, para que isso que V.Exa. e o Deputado Edson reclama e nós nos somamos, fosse realmente a sua memória preservada, e principalmente a sua identificação a ser oferecida a todo o Estado do Paraná e a Nação Brasileira.

Com referência ao Deputado Remy Borsato, que também divide conosco a representação política dos Campos Gerais, com o Deputado Plauto, é um dos responsáveis por aquele acontecimento que foi verificado na última semana. E lá esteve ele como representante de Castro, com Sua Excelência que foi anfitrião o Braga o anfitrião desse encontro, mostrando de que todos os Partidos irmanamente fossem de que corrente fosse, estiveram com o Deputado Péricles também presente, oferecendo essa oportunidade de somatória pelo Ecoturismo, pelo Turismo Paranaense.

Concedo o aparte ao Deputado Plauto Miró Guimarães, em seguida ao Deputado Toti Colaço e depois ao Deputado João Techy Filho.

O Sr. Plauto Miró Guimarães - Nobre Deputado escuto atentamente o seu pronunciamento de onde o Sr. coloca a inauguração realizada no Município de Tibagi pelo Governador Jaime Lerner, nesse último sábado, onde lá nós vimos a criação do Parque Quartelá, aonde o Governador esteve presente para inaugurar obras que o Governo do Estado lá realizou.

Então vi aqui o nobre Deputado Orlando Pessuti fazendo algumas colocações que ele não entendeu bem, o que ele entendeu é que o Governador foi inagurar obras que o Governo do Estado lá realizou.

Então vi aqui o nobre Deputado Orlando Pessuti fazendo algumas colocações que ele não entendeu bem, o que ele entendeu é que o Governador foi inagurar o Quartelá, o Quartelá faz algum bom tempo que está pronto lá nobre Deputado Orlando Pessuti e o Governador foi sim inaugurar o Parque do Quartelá onde lá o Governo do Estado investiu milhões de reais, para tornar lá um ambiente bom, oferecer condições para todos os turistas que lá forem visitar. Isso gerando riquezas, empregos para todos os municípios da região dos Campos Gerais.

Então realmente nobre Deputado Luiz Carlos Zuk, foi uma grande festa que o Município de Tibagi, o Município de Castro viveu, de como o Senhor colocou, estivemos lá presente, o nobre Deputado Remy Borsato, um representante dos Municípios dos Campos Gerais também, lá estivemos comemorando e festejando junto com todos os moradores no Município de Tibagi e Castro essa importante inauguração das obras do Parque do Quartelá, fique bem claro.

É isso, Obrigado!

O Sr. Toti Colaço - Deputado Luiz Carlos Zuk, agradeço a deferência de V.Exa., mas me inscrevi no Primeiro Expediente, porque quero completar algumas informações com relação aos Municípios a Casa e principalmente em cima do Requerimento que V.Exa. acabou de torná-lo público.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK - Sabemos que a Vossa pessoa, como também o Líder do Governo vai somar conosco nesse anseio de toda a família municipalista do Paraná e do Brasil.

Concedo a palavra ao Ilustre Deputado João Techy Filho, que conosco também representa a região nossa dos Campos Gerais e mais precisamente a Capital República Tcheca do Paraná/Prudentópolis.

O Sr. João Techy Filho - Deputado Zuk, gostaria de parabenizar o nosso Governo pela visão sempre futurista a respeito do nosso potencial af do Paraná. E gostaria de me referir também a região, uma vez que o Deputado Pessuti se referiu também a vizinha região de Tereza Cristina e qualquer comemoração de 150 anos é importante. Gostaria também de colocar a nossa região de Prudentópolis com suas 33 cachoeiras, algumas de dimensão, uma altitude assim bastante importante 190 metros até pró-

ximo da região de Tereza Cristina, também pedindo apoio do Deputado Zuk e também para que essa região seja importante para a divulgação e também iniciar o projeto turístico para conhecer aquelas belezas naturais. Gostaria também de manifestar que a nossa região também tem um potencial turístico bom, poderia ser aproveitada também em projetos turísticos futuristas do nosso Governador Jaime Lerner.

Muito obrigado!

O Sr. Luiz Carlos Zuk - Agradeço a atenção dos Deputados e do Presidente, tendo tão somente a pedir por último que os Srs. Deputados aproveem esse requerimento, que é do interesse de todos os Municípios do nosso Estado.

Muito Obrigado!

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (Pela Ordem) - Gostaria de registrar a presença do Sr. Leônidas Hoffmann, Dr. Gastão Silva e do meu amigo Acir José Morais, que é da nossa Pato Branco que está nos visitando. Gostaria que V.Exa. determinasse o registro na sessão de hoje.

Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Luiz Claudio Romanelli) - Perfeitamente Deputado Augustinho Zucchi, a Mesa se associa à V.Exa. ainda no Horário do Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Deputado Toti Colaço.

O SR. TOTI COLAÇO - Senhor Presidente, Senhores Deputados. Primeiramente gostaria que ficasse registrado nesta Casa, os meus cumprimentos ao Grupo Águia da Polícia Civil do Estado do Paraná, na pessoa do Secretário de Segurança Pública Dr. Candinho. Dificilmente quando as coisas acontecem eu sou obrigado a reconhecer o trabalho do Grupo Águia. Na verdade, na quinta-feira santa que passou, na Cidade de Irati, houve dois terríveis crimes. Dois militares foram brutalmente assassinados e, durante todo este tempo a sociedade nossa estava perplexa, porque não se achavam os criminosos, ou o criminoso. Na semana passada o Grupo Águia teve acesso a determinados elementos. Fez uma batida na busca e alguns carros que haviam sido furtados, onde foi descoberto o roubo de um carro do DETRAN lá em Irati que é de propriedade do Estado. Um gol que estava trafegando normalmente, já por diversos meses dentro da nossa cidade, totalmente modificado. E, naquela batida foi se desobrir que os membros, os detentores daquele veículo, um deles era, estava envolvido diretamente no assassinato dos dois militares. Desta feita, quero que fique registrado os nossos agradecimentos em nome da sociedade de Irati ao Secretário Dr. Candinho e ao Grupo Águia que todo este tempo permaneceu lá até que desvendou um dos crimes mais bárbaros que houve nos últimos anos na minha querida Irati.

Em segundo lugar queria cumprimentar o Deputado Luiz Carlos Zuk pelo seu pronunciamento que trouxe nesta tarde e fazer um comentário a respeito dos municípios também, aproveitando este Requerimento que está sendo discutido e votado nesta tarde.

Estamos elaborando, está praticamente pronto, um Projeto de Lei que estará autorizando o Governo do Estado do Paraná a participar, no final do ano, numa ajuda de custo aos municípios paranaenses para o pagamento do 13º salário. Ou na totalidade, ou parte dele. É o projeto de lei que havemos de dar entrada durante esta semana, e automaticamente se for aprovado e sancionado o Governo terá uma parte legal para poder socorrer os municípios. Aquilo que o Deputado Luiz Carlos Zuk relatou aqui, é assunto diariamente abordado por nós através do Bloco Municipalista dentro e fora do meu gabinete. O Deputado Orlando Pessuti colocou com muita segurança e com muito conhecimento, já

Curitiba, terça, em 28.10.97

há muito tempo o Deputado Basílio Villani e outros Parlamentares aqui do Estado do Paraná, mas nós destacáramos porque é projeto de autoria do Deputado Basílio Villani, onde ele insiste que se tramite com muita rapidez na Câmara dos Deputados Federais um projeto de lei, criando a décima terceira parcela do fundo de participação dos municípios. O que iria, evidentemente, socorrer definitivamente, as grandes dificuldades que passam os municípios, principalmente, no final do ano. Os municípios por si só vivem hoje uma situação das mais dramáticas. Temos conhecimento disso, principalmente os Deputados que são representantes de diversas regiões do nosso Estado e mantêm contato com os Prefeitos sabem disso, a sobrecarga de serviços que se coloca para os municípios paranaenses. Por outro lado, a receita cada vez mais escassa, mais curta e mais difícil. Quero me associar ao Deputado Luiz Carlos Zuk no que diz respeito aos municípios e também me associar ao seu pronunciamento, com relação a parte de turismo. Entendemos nós que, as coisas boas devem ser destacadas e aquilo que nós achamos que não está correto nós viremos aqui com a mesma tranquilidade para questionar, denunciar, pedir, evidentemente, não deixar em vão a nossa presença aqui naquilo que não acontece. Nós temos aí o Deputado Valdir Rossoni sabe disso, as nossas estradas de Irati a Inácio Martins, a estrada nossa de São Mateus do Sul a Irati, e tantos outros pequenos trechos do sul do Paraná, que carecemos, evidentemente, de uma decisão firme do Governo para que possa realmente asfaltar aquelas estradas que já datam de décadas, evidentemente, com o clamor do povo e isto não vem acontecendo.

Mas, queria também destacar aqui o seguinte: Dia trinta agora, nós teremos um encontro em Campo Mourão. Já fiz um convite na semana passada e quero reforçar aqui o convite a todos os Senhores Deputados. Deputado Edson Lino, V.Exa. que é daquela região, os demais Deputados do oeste, do sudoeste, do norte, enfim, quem puder estar presente. É muito importante esse encontro que vai ser realizado lá. Porque os assuntos, inclusive vai tratar de Turismo. Os municípios que têm potencial turístico vai ser discutido isso nesse fórum de debates e, automaticamente os municípios, principalmente que têm esse potencial natural criado pelo próprio Deus, terão automaticamente maior satisfação de participar desse encontro, aonde estará se criando me parece que uma Associação dos Municípios que têm potencial turístico dentro do Estado do Paraná, para poder receber do Governo do Estado, do Governo Federal e talvez até do Internacional, um tratamento diferenciado, com relação a muito especificamente ao que diz respeito aos recursos.

Mas teremos também no dia 31, que é o dia que cai na sexta-feira, nós estaremos discutindo Deputado Nelson Tureck, é a mudança dos critérios do Fundo de Participação que irá acontecer a partir de 1º de janeiro de 98. O assunto é grave, o assunto é sério, e que se a Bancada Municipalista nossa aqui, se nós não nos mobilizarmos, não dermos a nossa sustentação e apoio aos nossos Deputados Federais, por que terá que ser aprovado, pela Câmara Federal. O Tribunal de Contas da União vai aplicar no seco o que o IBGE está mostrando hoje, automaticamente, com relação ao novo CENSO. E isto tem municípios no Paraná que poucos ganham. Vinte e um municípios vão ganhar, pelo levantamento preliminar que fora feito. Cento e noventa e cinco vão perder e, outros tantos, vão permanecer da forma que se encontram. Com certeza, carecendo de uma confirmação na sexta-feira, teremos a presença de um representante do Tribunal de Contas da União, nós teremos a participação dos Deputados Federais, destacaria aqui o Luiz Carlos Hauly do PSDB, Paulo Bernardo do PT, Julio Cesar do PFL, de Pernambuco, a Maria Marinho do PSDB.

do Maranhão, e o José Borba Deputado Federal aqui do Paraná. E a presença, evidentemente do Bloco Municipalista e dos demais companheiros que lá estarão presentes.

A Associação dos Municípios do Paraná através do Bloco Municipalista convida e insiste, para que os senhores participem conosco desse encontro, principalmente na sexta-feira, porque é de fundamental importância nós ouvirmos, evidentemente, e depois questionarmos, nós que vivemos a dramaticidade dos Prefeitos possamos achar uma solução aonde os prejuízos sejam menores e em muitos dos casos até contemplar aqueles que estão sendo injustificados nos dias atuais.

Senhor Presidente eram estes os assuntos que queria abordar esta tarde, evidentemente, agradecendo o aparte inicialmente concedido pelo Deputado Luiz Carlos Zuk e, dando estas informações que acho que é de muita importância para a nossa Casa de Leis, aqui no Estado do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Claudio Romanelli) - Encerrado o Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Deputado Carlos Simões, Pela Ordem.

O SR. CARLOS SIMÕES (Pela Ordem) - Quero registrar a presença do meu companheiro e amigo Moraes lá de Imbituva, foi candidato a Prefeito, o seu irmão também o Dr. Gastão, que nos honram esta tarde com sua visita no Legislativo do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Claudio Romanelli) - A Mesa se associa a V.Exa. Concedo a palavra no Grande Expediente ao Deputado Estadual pelo Partido dos Trabalhadores Dr. Florivaldo Fier (Dr. Rosinha).

O SR. DR. ROSINHA - Senhor Presidente, Senhores Deputados, é importante que todos os Deputados saibam que está tramitando nesta Casa de Leis, um projeto que reajusta as taxas de cartório. Tramitando em regime de urgência, ou seja, em regime de favorecimento de setores da sociedade paranaense, sem debates, sem maior envolvimento dos Senhores Parlamentares e ouvindo na CCJ, um único lado, os representantes dos donos de cartório, que lá estiveram. Não houve naquela comissão e nem em nenhuma outra, um debate democrático, onde pudessem ser ouvidos advogados, Ministério Público, trabalhadores dos cartórios e do Tribunal de Justiça, enfim, aqueles que atuam no dia-a-dia dentro dos cartórios, sejam eles de registros, sejam eles Cartórios Cíveis, sejam do crime, sejam quais forem. Chego a achar que algumas reuniões da CCJ que não têm dado quórum, são justamente para não debater esse problema. Porque a tabela que está vigente hoje, que não é uma tabela ruim, que é uma tabela que não leva nenhum cartório à falência, foi reajustada no mês de março e agora propõe-se uma outra tabela, uma tabela que veio do Tribunal de Justiça, que aqui sofreu emenda e veio substitutivo para este Plenário, na qual sem dúvida nenhuma, "legaliza" o roubo porque os reajustes que virão em cima dessas tabelas, são reajustes fenomenais de até mais de mil por cento e no entanto, não se dá quórum na CCJ para não se discutir aquilo que é importante para o nosso Estado, e depois dizem que querem baratear a justiça, e quando a justiça passa pelos cartórios e se este país fosse decente, cartório era estatal e não privado.

Voltarei a este assunto no dia da votação, demonstrarei aqui cada tabela e o que ela significa para o bolso daquele que necessita do Poder Judiciário do nosso país ou do nosso Estado, ou daquele que necessita de um simples xerox, de quanto vai aumentar o que eu faço é um simples apelo que não tramite em regime de urgência esse tipo de projeto. Dê-se tempo para que possamos debater, senão, vamos ser responsabilizados por aumento de taxas de uma maneira exorbitante, enquanto alguns pequenos cartórios do interior poderão vir a fechar as portas, porque estão sendo favorecidos os grandes, principalmente os daqui da capital.

Acho que um regime de urgência para esse tipo de

projeto, é o tipo da proposta que não quer ver os Deputados debaterem, primeiro, porque não é fácil compreender aquelas tabelas, é muito difícil. Segundo, o tempo é muito curto. Estou questionando os valores estabelecidos no substitutivo, feito pelo Deputado Trevisan e quero dizer que não sou contra que haja cobrança, o que sou contra é a maneira com que está tramitando o projeto que não dá oportunidade de debate e nem de conhecimento de nós Deputados, dos quinze membros da CCJ e eu duvido que tenha a metade que conheça e saiba os valores que está lá votando e o que representa cada valor daquele. Não porque não queira conhecer, porque é complicadíssimo para conhecer. É necessário mais do que uma reunião, porque todos os Deputados desejam conhecer, mas em regime de urgência não consegue conhecer o que está votando. Porque, para começar, não foi distribuída a nós, Deputados, a tabela que está em vigor. Tive que ir buscar junto ao Tribunal de Justiça a tabela que estava em vigor para comparar com aquela que para cá foi enviada.

Concedo aparte ao Deputado Nereu Moura.

O Sr. Nereu Moura - V.Exa. tem toda razão de fazer esse questionamento. Afinal de contas as coisas têm que ser transparentes, claras e sem qualquer dúvida. Nós há pouco tempo acabamos aprovando, aqui, um projeto de lei relacionado à COPEL que acabou suscitando dúvidas por parte da opinião pública. Quando a COPEL transferiu ao Estado a responsabilidade pelo pagamento das taxas de consumo mínimo, isso então precisa ser questionado e discutido para que a população, efetivamente, possa saber com clareza o que está se passando.

Estive no Tribunal de Justiça e conversei com o seu Presidente a respeito deste assunto. Fui informado de que as custas judiciais já estão sendo cobradas pelos cartórios baseados numa resolução do próprio Conselho do Tribunal de Justiça. E que a Ordem dos Advogados do Brasil, questionando esses valores, entrou na Justiça e conseguiu ganho de causa. E agora, então, o que o Tribunal está fazendo é apenas legalizar algo que já está sendo cobrado há muito tempo no Paraná. Esta foi a informação que o Presidente do Tribunal nos repassou. Evidentemente que não foi por escrito, não foi de forma oficial. Todavia, creio que este é um assunto que merece uma análise profunda desta Casa, detalhada, porque mexe com o interesse de toda a população do nosso Estado. E não é possível que seja tratada com tanta rapidez, fazendo com que o assunto não seja de ampla e total transparência para todos os parlamentares e para a comunidade do nosso Paraná.

O SR. DR. ROSINHA - Agradeço a intervenção de V.Exa.

Realmente foi questionado pela OAB as taxas que eram cobradas através de portaria, dizendo que precisa de uma lei para fazer isso. Agora, a lei ela pode vir atendendo e regularizando os mesmos valores hoje cobrados. Não teria necessidade de alterar esses valores. Ou até poderia alterar, provavelmente para baixo, alguns desses porque estão caros.

Para mim é inconcebível que eu vá num cartório de registro de imóveis, faço a escritura do meu imóvel e depois ainda tem que pegar aquela escritura e levar para registrar num outro cartório pagando outra taxa. Por que não é feito tudo no mesmo e um único cartório desse conta disso.

Precisamos não só discutir taxa, mas discutir toda a organização cartorial do nosso Estado. Porque da maneira que está é impossível garantir a justiça de uma maneira mais gratuita ou mais barata para a população. Concedo aparte ao Deputado Cafo Quintana.

O Sr. Cafo Quintana - Cumprimento V.Exa. por tratar deste assunto no Plenário desta Casa. Estive ausente de uma reunião da CCJ, realizada recentemente, estava viajando, em razão disso não tenho o menor conhecimento deste Projeto que tramita nesta Casa e está em pauta para entrar em votação. Portanto, foi discutido uma única vez na CCJ. Um Projeto que trata sobre custas judiciais, parece-me que de cartórios judiciais e de cartórios extrajudiciais, todos. Ora, são emolumentos pagos pelo cidadão na

busca do seu direito. São custas pagas pelo cidadão na busca do seu direito e, portanto, deve ser amplamente discutido e avaliado nesta Casa.

É inadmissível que a Assembléia Legislativa num assunto de tamanha importância, de tanta profundidade venha votá-lo sem discussão. Veja bem V.Exa., sou cartorário de profissão, concursado num cartório pequeno do interior, e pela ausência de trabalho em cartório em razão do exercício do mandato parlamentar, tenho dificuldade hoje em conhecer o componente das taxas atuais que se cobra da população. Imagine V. Exa. para os demais parlamentares que não têm essa vivência com o cartório, com as lides forense, para poder entender o que representa ser barato e o que representa ser caro para a população. Um pequeno inventário, Deputado Rosinha, de uma propriedade pequena, do interior do Paraná, muitas e muitas vezes obriga os herdeiros a venderem a propriedade para um terceiro, porque não conseguem sequer cobrir as custas do inventário que será realizado.

Então, essas coisas são muito importantes a ser discutidas aqui, quando em cenário nacional está se discutindo por exemplo, a gratuidade do registro de nascimento para os brasileiros, a Assembléia não pode mexer com custas sem ter uma noção clara do que está fazendo.

Seria leviano se fosse aqui afirmar no dia de hoje, ser favorável ou contra o Projeto, porque veja bem, não o conheço, mas não aceito a tese de que venhamos votar no Plenário um assunto tão importante, que vai levar encargos para o mais rico e para o mais pobre, sempre que for buscar a justiça, e que isso seja feito a toque de caixa sem uma discussão mais ampla.

Parabéns pelo posicionamento de V. Exa.

O Sr. Emerson Nerone - O Deputado Nereu Moura colocava no seu aparte, uma conversa com o Presidente

do Tribunal, de fato o Tribunal mandou para a Assembléia Legislativa esse Projeto regulamentando a cobrança das taxas em cartório, justamente para preencher uma lacuna que ficou imposta pela ação de inconstitucionalidade colocada pela Ordem dos Advogados do Brasil, que teve ganho de causa.

A Ordem questionava o seguinte: não pode nenhum tributo ser cobrado através de resolução ou portaria, e o Supremo Tribunal entendeu assim, que de fato as taxas não seriam impostas, mas seriam genericamente como é definido um tributo, e por ser tributo só poderia ser definido através de Lei. O que fez o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná? Mandou para a Assembléia Legislativa uma tabela, como já estava sendo cobrada, tabela que tem algumas distorções, mas que via de regra é uma boa tabela, quer dizer uma tabela regular.

O Substitutivo do Deputado Trevisan vem criar um tremendo celeuma, com relação aos valores que vão ser impostos às pessoas usuárias dos cartórios. O Deputado Eduardo Trevisan vai fazer com que os grandes cartórios sejam favorecidos e muito, que venham cobrar taxas exorbitantes, enquanto que os pequenos cartórios das pequenas cidades, pequenos cartórios deste Estado venham a quebrar fatalmente, como já acontece hoje em muitos municípios, aonde existe lá a possibilidade de abertura de um cartório, mas que ninguém quer assumir, acho que já um número me parece 220 a 250 lugares no Estado, aonde caberia a abertura de um cartório, mas que ninguém tem coragem de assumir porque sabe que ali vai ser prejuízo na certa. Esse número 220, 250, tem que buscar, não fui buscar isso junto ao Tribunal, mas deve aumentar a partir desse Substitutivo e muito, muito mesmo.

Então, está aí Deputado Nereu a resposta, o Tribunal mandou de fato para cá uma tabela, essa tabela está sendo alterada por Substitutivo pelo Deputado Eduardo Trevisan, a CCJ se nega a se reunir, faz duas semanas que não tem reunião na CCJ, e estamos tendo quórum nas sessões, portanto não há nenhuma desculpa para a CCJ não ter quórum, e provavelmente o motivo seja justamente para que venha a Plenário, e seja votado em toque de caixa um Projeto que vai encarecer e muito os serviços prestados por cartórios no Estado do Paraná.

E estas informações, - já que o Deputado Trevisan vai

pedir a parte na seqüência, essas informações são dadas por cartorários com números, inclusive, que vamos apresentar no dia que o Projeto, que o Substitutivo for apresentado.

O Sr. Nereu Moura - Deputado Rosinha, só para informar V. Exa. e esta Casa, o mesmo assunto no Estado de Santa Catarina levou 2 anos tramitando na Assembléia Legislativa, foi aprovado agora recentemente para entrar em vigor no início do ano que vem.

Por isso, não podemos tratar com essa afoiteza toda, um assunto tão sério.

O SR. ROSINHA - Talvez a Assembléia Legislativa de Santa Catarina seja mais democrática que a nossa.

Deputado Emerson Nerone, a única coisa que, a CCJ se reuniu a semana passada, terça-feira ela deu quórum, o que ela deixou foi de ter quórum em duas reuniões, uma que era extraordinária, na própria terça-feira, que ela não deu quórum e a de hoje que não deu quórum, estavam presentes dos senhores Deputados, não dava quórum, não vou nominar quem estava presente, até porque posso esquecer um ou outro, e posso cometer algum deslize em função disso.

Mas, duas reuniões deixaram de ter quórum na CCJ, uma extraordinária e uma ordinária, para justamente não discutir essa questão das custas.

O Sr. Emerson Nerone - Deputado Rosinha, só aproveitando também, apenas colocar que, as informações que passei foram relatadas pela assessoria jurídica da Bancada do PT, que nos auxiliou para entendermos um pouco este Projeto.

Parabéns pelo pronunciamento, parabéns pelo trabalho efetuado através da Bancada.

O Sr. Eduardo Trevisan - Queria fazer alguns esclarecimentos, o primeiro deles para o Deputado Nerone, V. Exa. já esdareceu ao Deputado Nerone a respeito das reuniões da CCJ. Na verdade esse Projeto, o qual o seu relator, teve o seu relatório apresentado numa reunião da CCJ, alguns Deputados solicitaram, fizeram um pedido para que o Projeto não fosse votado naquela Sessão, fosse adiada a sua votação para uma Sessão seguinte, para que os Deputados tivessem tempo para analisar o Projeto. Assim foi feito, na Sessão seguinte, uma semana depois, o Deputado Rosinha apresentou uma série de Emendas ao Projeto, as Emendas foram aprovadas, salvo quatro delas, porque não houve tempo para a análise dessas últimas Emendas, mais uma série de Emendas, acredito que mais de 10 Emendas foram apresentadas ao Projeto, algumas delas aprovadas, outras rejeitadas.

Então, na CCJ houve um período para os Deputados analisarem o Projeto, houve um período suficiente para que cada Deputado pudesse analisar e apresentar as suas Emendas. E desta forma o Projeto já foi aprovado na CCJ, com algumas Emendas do Deputado Rosinha, e vem a Plenário, não sei quando, aí não depende de mim.

Agora, o espírito do Projeto não foi o de prejudicar cartórios pequenos do interior, ou por outro lado beneficiar cartórios grandes da Capital, muito pelo contrário o espírito do Projeto, o espírito do Substitutivo foi fazer uma alteração na tabela enviada pelo Tribunal de Justiça, que previa apenas um reajuste nas custas cartoriais, nas custas dos cartórios, um reajuste simples, para uma nova tabela que previa uma diminuição das custas nos procedimentos de menor valor e o aumento das custas dos procedimentos de maior valor. Por exemplo, num cartório de registro de imóveis, no Substitutivo estamos propondo a diminuição das custas no registro de menor valor e o aumento das custas no registro de imóveis de maior valor. Num cartório civil ou de Fazenda, ou de família, estamos propondo uma diminuição das custas nas ações de menor valor e aumento das custas nas ações de maior valor, compensando-se assim a diminuição com o aumento. Esse foi o espírito do Substitutivo, e tivemos o cuidado de analisar cartórios do interior, também, se eles sofreriam grande perda com isso, não vão sofrer perda com isso, de maneira alguma, serão compensados da mesma forma que os cartó-

rios das cidades grandes.

Então, o espírito da proposta foi essa. Agora, a proposta vindo a Plenário, acho que cada Deputado deve ter a oportunidade de analisar, emendá-las, se assim entender, o Projeto retorna à CCJ, acho que cada Deputado vai ter a sua oportunidade de trabalhar o Projeto, aquele que não concordar com o Substitutivo, que sugira as alterações para que possamos assim aprimorar o Projeto.

O SR. DR. ROSINHA - Quero fazer alguns comentários, o espírito do Projeto nós conhecemos. Agora, quero saber que espírito baixou no Relator para fazer a Emenda, para fazer o Substitutivo? Porque, é muito questionável aqueles valores, dá-se a impressão que está sendo democrático, mas quando analisa as três tabelas, a que está em vigor para agora, é uma barbaridade que ocorre. Acho que deveríamos ter tempo, e o Deputado Relator sabe, que não adianta vir para Plenário, porque já sabemos como é aprovado e o que é aprovado, ou se discute antes de chegar na plenária de uma maneira democrática, chega a alguns avanços antes de estar na Sessão, ou não terá avanço, é aquilo que é aprovado na CCJ, é aquilo que vem para cá e é aceito, não se muda absolutamente nada aqui. O que desejo é que na mesma CCJ, espero que o Presidente da CCJ e o Presidente desta Casa, Deputado Aníbal Khury, deem-nos tempo suficiente, não precisa ser 2 anos mas pelo menos 6 meses de debate democrático, para que pudesse fazer uma tabela realmente com a realidade da nossa população, é muito importante. Só para se ter uma idéia, no Substitutivo, um casamento no civil vai custar 80 reais, 60% da população paraense ganha até dois salários mínimos, 40% ganha até um salário mínimo, ou o sujeito casa ou come porque não vai dar para comprar comida e casar ao mesmo tempo, então, os próprios cartorários estão dizendo hoje que a situação está cada vez mais esvaziando porque não tem mais gente casando porque a pessoa prefere morar junto e depois de 5 anos os direitos são os mesmos, quer dizer, tem que se resolver esta questão.

O Sr. Caetano Quintana - Há um equívoco, Deputado Rosinha, aliás, na sua colocação também há um equívoco na questão do casamento, mas, diria o seguinte: até hoje, em custas, houve um processo de que ao chegar num determinado teto as custas permanecem iguais deste teto para cima, exatamente para evitar tornar muito caro o serviço prestado para determinadas faixas da população, e não sei o conhecimento que o Deputado Trevisan tem de cartório, se ele faz parte de cartório, se ele tem cartório, se ele tem interesse em cartório, se conhece a questão de cartório para entender o seguinte: aparentemente é de justiça que você tem uma progressão de pagar mais como taxas ou custas nas transcrições mais caras, no entanto, isso na realidade não confere porque, Deputado Rosinha, a pecha que muitos cartorários e cartórios levam de ser os favorecidos do processo nacional a tal ponto de ter a expressão "os cartórios", "cartorial", no sentido de ganhar bastante, 95% dos cartórios existentes hoje, quer sejam judiciais ou extrajudiciais, são deficitários, existem inúmeros cartórios nas cidades do interior que não se pagam propriamente se tivessem que ter uma arrecadação para viver com comodidade, no entanto, poucos cartórios são altamente lucrativos, e no instante em que você aumenta as custas das ações mais caras, você está transferindo mais lucro para os cartórios que mais ganham, por exemplo, o Registro de Imóveis de Curitiba é o sonho de qualquer um, todos os imóveis que lá passam para serem registrados têm preço infinitamente superior a um imóvel vendido em Cornélio Procopio, Planalto ou Capanema, claro que interessa a este grande cartório que aumente na ponta de cima o custo de uma transcrição ou de uma escritura, como também interessa o custo, para um escrivão do civil no Fórum, de um grande inventário, claro que interessa este aumento, isto não quer dizer que vai beneficiar o pequeno, vai única e exclusivamente rechear muito mais o bolso de cartórios que ganham já fortunas. Lamentavelmente ações como esta levam cada vez mais a sociedade a cobrar e exigir que o sistema cartorial brasileiro seja ele encampado pelo Poder Público, para que possa existir um barateamento de custas. Acho que este Projeto tem que ser avaliado, quero cópia, faço parte desta Casa e nas minhas mãos não passa-

ram cópias até agora, e se tiver qualquer coisa que possa encarecer este serviço em detrimento aos cartórios do interior, sem dúvida alguma vamos levantar isto em Plenário.

O SR. DR. ROSINHA- Agradeço a intervenção e quero dizer que no momento que for votar, votarei a esta tribuna com todos os valores, comparando as três tabelas e qual é o reajuste que o Substitutivo está dando em relação as tabelas hoje em vigor, para demonstrar, através dos números como está sendo, como dá para enriquecer um segmento minoritário da nossa sociedade e vai encarecer para boa parte da população os serviços judiciais do nosso Estado.

Um segundo tema que quero abordar é o que diz respeito ao servidor público que hoje, 28 de outubro, é o dia nosso, de nós, servidores públicos, digo nosso porque sou funcionário da Prefeitura Municipal de Curitiba. Todos nós, servidores que temos ao longo da história, defendido um serviço público de qualidade, prestados serviços sociais à comunidade, estamos sendo aviltados nos últimos dois, três anos, principalmente, mas já vinha anteriormente. Não somos respeitados nem como trabalhadores nem como cidadãos. E tudo o que não dá certo no serviço público, considera-se o servidor como se ele fosse o culpado em todos os Governos da história recente do nosso país e do nosso Estado.

Tenho aqui em mãos carta dos servidores do DETRAN, na qual contam a situação em que se encontram salarialmente e demonstram que o DETRAN tenha enriquecido o setor privado do nosso Estado ao terceirizar todos os serviços da informática ao momento em que faz a vistoria nos carros. O IPVA tem sido cobrado com bastante capacidade e no entanto não reverte para o bem do serviço público e nem do servidor público. Do serviço público porque nada é investido, tudo é terceirizado. Um dia se este Estado for assumido por algum governante que deseja fazer a defesa do Estado e do serviço público não existirá mais o serviço público porque tudo já foi privatizado e terceirizado. Vende-se hidrelétricas, termoeletricas, siderúrgicas, estradas e sucateia o serviço público. Se algum dia algum governante quiser fazer um Estado eficiente e de qualidade ele não terá nem técnicos com capacidade para fazer isto porque já terceirizou tudo.

Tem uma carta dos servidores do Sindicato da Saúde, uma é do Sindicato do Abastecimento, outra da APP - Sindicato, outra do Sindicato dos Trabalhadores que trabalham no DER, todos eles colocando a situação de tristeza, da situação de miséria que vive o servidor público estadual e também no nosso Município de Curitiba não é diferente. Não é diferente e querem os nossos governantes impor a sua vontade. Diz o atual Prefeito de Curitiba que ele abriu um canal inédito de diálogo entre a categoria e a administração, desrespeitando a direção sindical de ambos os sindicatos dos servidores públicos. Diz ele que os servidores já na gestão dele tiveram 8% de reajuste neste ano. No entanto o setor de transporte coletivo passou de 0,65 para 0,75, representando um reajuste de 15,38%, quer dizer, o setor empresarial tem inflação, os servidores não têm. Aliás, por falar em transporte coletivo, abro um parêntese sobre a questão do servidor público: durante a gestão Jaime Lerner na Prefeitura de Curitiba, enquanto servidores tiveram uma política salarial achatada o aumento real de passagem de ônibus foi de 172,73% em quatro anos de governo. No Governo Rafael Greca aumento real em relação a inflação de 53,84% e no Governo Taniguchi aumento real de 9,25%, já em relação a inflação no período que eles governam, - sabemos porque este tipo de atendimento ao setor empresarial do transporte coletivo do nosso Estado, - denúncias já foram feitas várias vezes e basta verificar os relatórios de financiamentos de campanha que se chega a conclusão de porque é que se investe tanto nos transportes coletivos. Inclusive, agora, na Região Metropolitana foi aumentado o ônibus rápido metropolitano da Fazenda Rio Grande, para Curitiba em 34,85%. E são justamente os mais pobres, aqueles que necessitam de transporte coletivo para vir trabalhar.

Fomos discutir, juntos, com moradores daquela localidade, na URBS, que é quem decide as tarifas e a COMEC, é quem fiscaliza, disse o Presidente da URBS, filiado ao Partido Socialista Brasileiro, deve ser um socialista histórico do

nosso país, que esse reajuste é para fazer que o povo da Fazenda Rio Grande não pegue ônibus, mas que venha até o centro de Curitiba, porque ele tem de descer no Terminal do Pinheirinho, porque o centro é prioridade para automóvel e não para transporte coletivo. É a filosofia do transporte individual em detrimento do transporte de massa e coletivo, contrariando tudo aquilo que existe de avanço sobre transporte no mundo todo, onde todos os governantes discutem o transporte, no sentido de favorecer a massa trabalhadora, o transporte de massa e não o transporte individual.

Então, aumentam-se as tarifas de ônibus, não dá subsídio para tarifas de ônibus que transportam o trabalhador, mas, no entanto dá subsídio para a Renault, favorecendo o transporte individual para cá trazer carros.

Não é justo o salário do servidor, que está sempre aquém da inflação, mas os donos das empresas de ônibus têm sempre as suas tarifas acima da inflação, conforme dados, que aqui dei. E o servidor público continua massacrado.

No dia 29 de agosto último, mais de doze mil servidores estiveram aqui na praça, se manifestando contra a política salarial do governo. Quero lembrar aos Senhores Deputados, que dia 29 era uma sexta-feira, 30 cai num sábado. Desde aquela malfadada manifestação dos servidores públicos, em 30 de agosto, quando Álvaro Dias botou a cavalaria e explodiu bomba, dia 30 de agosto, os servidores e professores do nosso Estado paralisam serviços em protesto àquele ato criminoso do ex-Governador Álvaro Dias. Esse ano, como caía ao sábado, eles fizeram no dia 29. E todo dia 30 de agosto não é considerado falta. Inclusive, quero lembrar que em nenhum dos 30 de agosto anteriores o Governador Jaime Lerner usou a manifestação em proveito próprio no seu horário eleitoral, poder ganhar as eleições.

Nesse ano ele cortou o ponto, descontou salário e anotou na ficha funcional para impedir a ascensão daqueles trabalhadores que participaram desse dia, 29 de agosto, pararam em função, que da 30 é considerado por eles - a Secretaria de Estado da Educação sabe disso - dia de feriado, de luto, por aquilo que aconteceu.

No entanto, os governos anteriores não puniram esse dia 30 de agosto. O atual governo puniu, descontando e anotando na ficha funcional. Naquele ato, ele fez essa punição, porque não era só por razão de luto, mas era para mostrar o descumprimento dos compromissos da campanha, uma política de valorização do serviço público, a reposição de perdas salariais, um plano de cargos e salários decentes, que não tem sido discutido. Prometeu e não cumpriu e o último reajuste do quadro geral faz dois anos ou mais, que não ocorre.

No entanto, nesse período, por dois momentos diferentes, através de decretos, de maneira inconstitucional, o Governo aumentou o salário dos cargos de confiança. Aumentou o salário de Secretários e todos aqueles que ocupam função gratificada. No entanto, alguns segmentos do serviço público, por erro de administrações anteriores e atual, que já está há quase três anos e não corrigiu este erro, cortou salário de professores da Faculdade de Artes do Paraná, que estão sentados ali.

São 24 profissionais que dão aulas nos cursos de dança e artes cênicas, desde 1985. Estes profissionais estão desde o início construindo este curso. De 10 deles desde o começo, 5 estão. 10 deles tiveram seus salários cortados, não estão na folha de pagamento deste mês, e entre eles duas professoras grávidas. Alega-se erro administrativo de governos anteriores, então este também errou porque está há mais de dois anos e meio na administração.

Elas, as professoras estão ali, e sexta-feira começa o vestibular da Faculdade de Artes do Paraná, e elas vão trabalhar, mesmo sem salário, porque não querem, não desejam elas prejudicar aqueles que desejam estudar!

São assim os presentes para os servidores públicos do nosso Estado.

Não deseja nenhum governante, infelizmente, que nosso serviço público seja de qualidade! Não importa de que Poder, Executivo, Legislativo ou Judiciário! Porque aqui, nesta Casa, os servidores também não têm reajuste. E sabemos que existem nesta Casa inúmeros fantasmas!

Bastava demitir estes fantasmas que aqueles que trabalham todo dia teriam salários decentes e daria reajuste sem aumentar a folha de pagamento.

É fácil descobrir os fantasmas, basta chamar todos para trabalhar que mesmo as nossas cadeiras de Deputados serão ocupadas e faltarão cadeiras neste Parlamento.

O que temos que fazer é valorizar o serviço público! Isso só é possível de acordo com declaração do Ministro responsável pela área do serviço público, da França, que veio depor no Congresso Nacional, sobre reforma administrativa, e ele disse: "A França está desde 1989, quase 10 anos, fazendo a sua reforma administrativa, mas ela começou pela valorização do servidor público, porque se não tiver servidor público valorizado, profissionalizado, tecnicamente competente, não terá serviço público de qualidade."

Temos que entender que o Estado, através do servidor público, distribui renda, porque o Estado tem que estar voltado principalmente ao atendimento daqueles que precisam do serviço público, seja na Escola de Artes, seja na Secretaria da Saúde ou da Educação ou onde for. E o nosso Estado está sendo concentrador de renda ao destruir o serviço público e ao subsidiar o setor empresarial internacional que para cá vem, gozando das benesses do povo paranaense, sem que ele deseje, mas sim pela vontade de um governante, do Governador Jaime Lerner!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Claudio Romanelli) - Encerrado o Horário do Grande Expediente, não há oradores inscritos no Horário das Lideranças.

Passa-se à

ORDEN DO DIA:

Com a presença de 54 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Ofício nº 485/97, subscrito pelo Sr. Secretário de Estado da Fazenda do Estado do Paraná, constante do expediente, informando que pretende dar continuidade à estratégia estabelecida para o processo de alienação de ações da COPEL, prevendo-se para o momento a venda de 4.000.000.000 (quatro bilhões) de ações preferenciais nominativas classe "B", de propriedade do Estado. Encaminhe-se à Comissão.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Duffio Genari, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Carlos Simões, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Ademar Traiano, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado, Luiz Carlos Martins, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. PÉRICLES MELLO (Questão de Ordem) - Senhor Presidente, requiro verificação de quórum.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Claudio Romanelli) - O Sr. 1º Secretário procederá à chamada nominal dos Senhores Deputados.

(É procedida a chamada nominal)

O SR. PRESIDENTE (Luiz Claudio Romanelli) - Solicito ao Sr. 1º Secretário informar quantos Deputados responderam a Chamada Nominal.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Luiz Carlos Martins) - Vinte e sete Senhores Deputados responderam a Chamada Nominal.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Claudio Romanelli) - Não havendo quórum para votação, damos prosseguimento a Sessão.

A pedido do Deputado Emerson Nerone registro a presença aqui nesse Plenário do Deputado José Janene, Presidente do PPB Estadual.

Passaremos à apreciação da matéria constante da ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 042/97, de autoria do Deputado Élio Lino Rusch, que declara de Utilidade Pública a Câmara Júnior de Boa Vista da Aparecida, com sede e foro no Município de Boa Vista da Aparecida. **Encerrada a discussão.** (Publ. no D.A. nº 18, de 03.03.97)

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 248/97, de autoria do Deputado Duffio Genari, que declara de Utilidade Pública o Centro de Proteção da Vida de Assis Chateaubriand, com sede e foro na Cidade de Assis Chateaubriand. **Encerrada a discussão.** (Publ. no D.A. nº 86, de 03.06.97)

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 458/97, de autoria do Deputado Hidekazu Takayama, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Trabalhadores Rurais Volantes do Município de Marilândia do Sul - ATRUV, com sede e foro na Cidade de Marilândia do Sul. **Encerrada a discussão.** (Publ. no D.A. nº 147, de 16.09.97)

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 467/97, de autoria do Deputado Eduardo Trevisan, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Beneficente de Santa Amélia, mantenedora do Hospital Dona Vitória Pavan, com sede e foro no Município de Santa Amélia. **Encerrada a discussão.** (Publ. no D.A. nº 147, de 16.09.97).

ITEM 05

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 523/97, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 061/97, que autoriza o Poder Executivo a efetuar o pagamento do consumo de energia elétrica dos consumidores cujas propriedades sejam utilizadas para fins residenciais, que sejam monofásicas, da área urbana ou rural, cujo consumo de energia no mês não seja superior a 30 KWH. (COPEL). **APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. Encerrada a discussão.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 405/97, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, que concede Título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Senhor Octávio Cesário Pereira Junior. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. Encerrada a discussão.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 496/97, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor Rafael Iatauro, **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. Encerrada a discussão.**

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 264/97, de autoria do Deputado Aníbal Khury, que assegura a propriedade do imóvel, registrado sob a matrícula nº 51.137 do Registro de Imóvel da 3ª Circunscrição desta Capital, ao Serviço de Loteria do Estado do Paraná. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. Encerrada a discussão.** (Publ. no D.A. nº 91, de 09.06.97)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 264/97

PARECER:

O presente projeto de lei visa assegurar a propriedade

do imóvel, registrado sob a matrícula nº 15137 do Registro de Imóveis da 3ª Circunscrição desta Capital, ao Serviço de Loteria do Estado do Paraná.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade, constitucionalidade, técnica legislativa, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

Sendo assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 29.06.97

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

JOSÉ TAVARES - Relator

O SR. PRESIDENTE (Luiz Claudio Romanelli) - Sobre a mesa, requerimentos nºs 2465 e 2466, de autoria do Sr. Deputado Pêrides Mello, constantes do expediente de sessão anterior.

UM SR. DEPUTADO (Pela Ordem) - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Claudio Romanelli) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art.

155, do Regimento Interno.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 29, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 042, 248, 458 e 467/97.

EM VOTAÇÃO

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 523/97

EM VOTAÇÃO

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 405 e 496/97.

EM VOTAÇÃO

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 414/97.

Levanta-se a sessão.